



DANIELE KAROLLINE FALCÃO DE OLIVEIRA

**ABENOMICS: A POLÍTICA ECONÔMICA DE SHINZO ABE E SEUS EFEITOS NA
RELAÇÃO BILATERAL JAPÃO-CHINA**

João Pessoa - PB

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DANIELE KAROLLINE FALCÃO DE OLIVEIRA

**ABENOMICS: A POLÍTICA ECONÔMICA DE SHINZO ABE E SEUS EFEITOS NA
RELAÇÃO BILATERAL JAPÃO-CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba

Orientador: Prof. Me. André Mendes Pini

João Pessoa - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48a Oliveira, Daniele Karolline Falcao de.
ABENOMICS: A POLÍTICA ECONÔMICA DE SHINZO ABE E SEUS
EFEITOS NA RELAÇÃO BILATERAL JAPÃO-CHINA / Daniele
Karolline Falcao de Oliveira. - João Pessoa, 2019.
60 f. : il.

Orientação: André Mendes Pini.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Abenomics. 2. Fluxo Comercial. 3. Relações
Sino-japonesas. 4. Shinzo Abe. I. Pini, André Mendes.
II. Título.

UFPB/CCSA

DANIELE KAROLLINE FALCÃO DE OLIVEIRA

**“ABENOMICS: A POLÍTICA ECONÔMICA DE SHINZO ABE E SEUS EFEITOS
NA RELAÇÃO BILATERAL JAPÃO-CHINA”**

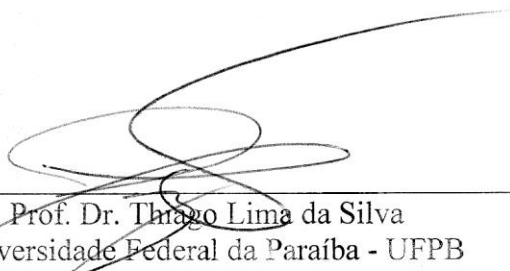
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 9 / 5 / 2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. M. André Mendes Pini – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Aline Contti Castro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*Aos meus pais e ao meu irmão que me
apresentou ao país pelo qual sou
apaixonada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Geovania e Mauricio, por constantemente me incentivarem a me manter nos estudos, principalmente a minha mãe por não medir esforços para que eu possa me manter na graduação mesmo longe dela e de qualquer estrutura familiar, e me encorajar a ir sempre além do meus limites.

Revenrencio humildemente os meus mestres por todo o esforço em passar o máximo de conhecimento possível, mesmo quando todo o contexto se mostrava contrário, e sobretudo ao professor André Pini por continuamente me aguentar com todas as minhas doenças e atrasos e manter-se acreditando na realização deste trabalho.

Agradeço principalmente a minha melhor amiga e incentivadora Fernanda que não me deixava (e ainda não deixa) em paz quando, por diversas vezes eu desejei desistir, 夢ちゃんありがとうございます. Dedico também aos integrantes do GESLA, grupo que junto com minha querida amiga Ester criei para discutirmos sobre a região do mundo que tanto adoramos; e as minhas amigas e colegas de apartamento Bárbara, Aline, Bianca, Camila e Cecília por me aguentarem nos piores momentos e a Dona Fátima, Quévia e sua família por me acolherem tão bem.

Por fim, e não menos importante, agradeço meu primeiro professor da lingua japonesa Watanabe Tomoya.

RESUMO

O conceito de Abenomics se refere ao conjunto de medidas econômicas adotadas pelo Primeiro Ministro japonês Shinzo Abe, com o objetivo de recuperar a economia japonesa partir de três pilares: estímulo fiscal, flexibilização monetária e reformas estruturais. Essas medidas têm impactos diretos nas relações entre Tóquio e Pequim, marcadas, nas últimas décadas, por crescente intercâmbio comercial e econômico, assim como uma crescente competição e rivalidade. Desta maneira, o presente trabalho tem o objetivo de compreender como a Abenomics age sobre o fluxo comercial entre esses dois países asiáticos, e como seu relacionamento bilateral vem sendo afetado a partir disso. A conclusão esboçada no estudo demonstra que o conjunto de medidas impulsionadas pela Abenomics, somado a outros fatores, não tem como efeito a elevação do fluxo comercial Japão-China, mas auxilia no aumento das receitas japonesas advindas do comércio com a China, assim como, o delineamento de um quadro de maior aproximação entre os países, verificada através do aumento substancial de reuniões entre representantes de alto escalão do governo de ambos os países.

Palavras-chave: Abenomics; Fluxo Comercial; Relações Sino-japonesas; Shinzo Abe.

ABSTRACT

The concept of Abenomics refers to the set of economic measures adopted by the Japanese Prime Minister Shinzo Abe, with the objective of recovering the Japanese economy from three pillars: fiscal stimulus, monetary easing and structural reforms. These measures have direct impacts on relations between Tokyo and Beijing, marked in recent decades by growing trade and economic exchange, as well as increasing competition and rivalry. In this way, the present work aims to understand how Abenomics acts on the commercial flow between these two Asian countries, and how their bilateral relationship has been affected from this. The conclusion outlined in the study demonstrates that the package of measures pushed by Abenomics, coupled with other factors, does not have the effect of increasing the Japan-China trade flow, but assists in increasing Japanese revenues from trade with China, the delineation of a closer rapprochement between countries, as evidenced by the substantial increase in meetings between high-ranking government representatives from both countries.

Keywords: Abenomics; Commercial Flow; Sino-Japanese relations; Shinzo Abe.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	10
1. ABENOMICS	13
1.1. Japão: crise, estagnação e uma possível solução - a Abenomics	13
1.2. O que é abenomics?	15
1.3. “As Flechas”	17
1.4. Desafios e Alguns Resultados Preliminares.....	21
2. AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS.....	33
2.1. Um início não tão conflituoso	33
2.2. A eclosão dos conflitos.....	35
2.3. Fim dos conflitos armados e início das Relações diplomáticas.....	37
2.4. Japão e China no contexto contemporâneo.....	39
3. ABENOMICS: INFLUENCIA NO FLUXO COMERCIAL E NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A CHINA.....	44
3.1. Depreciação do Iene e seus Efeitos no Fluxo Comercial	44
3.2. Diplomacia Econômica: FTAs/EPAs	49
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	56
FONTES PRIMÁRIAS.....	56
FONTES SECUNDÁRIAS.....	58

INTRODUÇÃO

A Ásia é um continente extremamente heterogêneo no âmbito cultural, político e religioso, tendo sido denominada a partir de uma visão ocidental oriunda da Grécia antiga para delimitar toda extensão territorial a Leste da Europa. O Ocidente por vezes imprimiu uma visão do continente asiático como sendo um lugar de povos "exóticos" e alheios à modernidade percebida pelas suas instituições e tradições. No entanto, a Ásia contemporaneamente é um dos centros dinâmicos das relações internacionais, o que lhe atribui as características de uma potência econômica, assim como uma região de conflitos latentes.

O Japão se insere nesse contexto como um Estado de tradição e milenar e avanços tecnológicos singulares, o que não significa que não defronte desafios vinculados a questões econômicas". O país vem sofrendo por duas décadas com uma estagnação econômica, o que acarreta em problemas para sua economia interna, e afeta a sua posição nos *rankings* econômicos mundiais, saindo de 3ª economia mundial em 2017 para 4ª em 2018.

Com intuito de corrigir esse e outros problemas advindos, majoritariamente, das subseqüentes crises enfrentadas pelo país na décadas de 1980 e 1990, o Primeiro Ministro Japonês Shinzo Abe foi eleito em dezembro 2012 para o seu Segundo Mandado (o Primeiro Mandato durou apenas um ano 2006-2007), defendendo a criação e a implementação de uma gigantesca política econômica que atuaria em várias frentes buscando solucionar os problemas que se assolam o país, sendo nomeada Abenomics.

Dessa maneira, o ousado Chefe de Estado Japonês foi encarregado da difícil missão de gerar crescimento sustentável e duradouro, enquanto luta a favor de um dos principais índices econômicos da nação: a variação de valor sobre bens e serviços, sendo negativos e caracterizados como deflação. Esse índice vem na contramão das outras grandes economias mundiais, as quais, têm o valor sobre os bens e serviços em alta, ou seja, em níveis inflacionários.

Todavia, é importante considerar o contexto do sistema internacional de interdependência, para que seja possível instalar um plano de tamanha medida,

haverá sempre contrapontos, principalmente quando essas modificações de política interna podem exercer tamanha influência sobre a dinâmica de outros países.

Dessa maneira, destacando novamente a amplitude da Abenomics, seus impactos na Ásia Oriental e o fato que ela ainda é uma política que ainda está sendo implementada; o presente trabalho tem como foco apresentar alguns aspectos para determinar: **como a Abenomics age sobre o fluxo comercial e as consequências para o relacionamento sino-japonês.**

Sendo assim, **para compreender como a Abenomics se relaciona com o fluxo comercial entre as duas potências asiáticas no contexto atual e como isso afeta a longa relação entre esses países**, primeiramente é necessário ter a compreensão do que é a Abenomics, qual foi o ímpeto para sua criação, seus parâmetros, seus objetivos e os resultados alcançados durante o período de tempo aqui estudado – o que será tratado detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho.

Posteriormente, verifica-se que também é fundamental conhecer um pouco do passado histórico sino-nipônico – sendo esse a ser apresentado, de forma condensada, no segundo capítulo –, visto que nas relações bilaterais asiáticas, sobretudo as envolvendo o Japão, a história é de grande influência e extremamente importante para determinar vários aspectos correntes do relacionamento entre as duas nações, consequentemente intervindo nas decisões e atritos contemporâneos entre os países.

Por fim, o terceiro capítulo trata do objetivo principal desse trabalho, sendo esse, **a compreensão de como a Abenomics, uma política doméstica, influi sobre o fluxo comercial e sobre as relações entre Japão e China.** Através da apresentação de tabelas e gráficos que apontam o crescimento do comércio entre os países, o peso da China como parceiro comercial e de que maneira o fluxo de turistas entre os países vem crescendo ao longo do período estudado.

Com o intuito de cumprir com tal objetivo principal, foram elencados os seguintes específicos. O primeiro sendo a **apresentação do que é a abenomics**, o segundo verifica-se como **análise dos resultados preliminares da política de abe**,

ambos apresentados no decorrer do primeiro capítulo; e por último uma breve **exposição das relações sino-japonesas**.

Junto com os objetivos específicos acima apresentados foram levantando argumentos que pudessem dar embasamento a pesquisa, sendo eles:

- A Abenomics auxilia no aumento do fluxo comercial entre Japão e China;
- A Diplomacia econômica, principalmente os acordos de parceria econômica, praticada pelo Japão é um importante fator para o desenvolvimento de um relacionamento estável entre este e a China.

Para o alcance das metas traçadas no presente trabalho foram necessárias buscas e análises referências em fontes primárias, que descrevessem o posicionamento recente tomado pelos governos, sendo essas informações advindas dos sites governamentais como: JapanGOV, Ministry of Foreign Affairs - MOFA Japan, Prime Minister Of Japan And His Cabinet.

Para que fosse feita a análise de dados descritivos e informações mais antigas foram utilizados e nos relatórios oficiais, bem como livros, bancos de dados, teses e artigos, a exemplo, Banco Mundial e o os autores Yamashiro, Martins, Kuno e Ito.

1. ABENOMICS

A política econômica expansionista, diferente das implementadas anteriormente, defendida por Shinzo Abe durante o ano de 2012 rendeu-lhe o cargo de Primeiro Ministro japonês, função em que se mantém até o presente momento.

A Abenomics, nomeada segundo o próprio Primeiro Ministro, vêm com os ambiciosos objetivos de resolver os problemas econômicos do país, que assolam o país há cerca de duas décadas, bem como modificar a mentalidade cultural da população no tocante a esfera econômica.

O principal objetivo desse plano de Abe tem como foco a saída da Estagnação e o desenvolvimento de um crescimento econômico sustentável para o país. Dessa forma, as seções a seguir tratarão do surgimento dos problemas e como a Abenomics atua sobre eles.

1.1. Japão: crise, estagnação e uma possível solução - a Abenomics

A estagnação econômica é um assunto recorrente dos estudiosos sobre o Japão no mundo contemporâneo, dado que têm o seu início durante o final da década de 1980 e se mantém por quase vinte anos, embora alguns estudiosos mais críticos disponham ela como ainda em vigor.

Apenas uma década depois do fim da Segunda Guerra mundial, o Japão entrou em um forte crescimento econômico que se estabeleceu e se manteve até meados dos anos 1980. Segundo Canuto (1999), durante o período de milagre econômico japonês (1953-73), o país cresceu com taxas anuais de cerca de 10%, tendo a regulamentação financeira como parte fundamental da estratégia de recuperação da economia japonesa frente à economia líder estadunidense. Apesar da diferenciação em relação à regulamentação financeira, os japoneses utilizaram o mesmo modelo dos Estados Unidos de segmentação de mercados e de instituições. A regulamentação financeira local, diferentemente da norte americana, reprimiu os mercados de títulos de dívida negociáveis e tornou raras as emissões de ações ao grande público garantindo assim a predominância absoluta dos bancos na intermediação financeira.

Entretanto, na metade dos anos 80, os Acordos do Plaza e do Louvre, junto com as ameaças de protecionismo no exterior, conduziu a valorização do iene frente

ao dólar. Esse contexto levou à adoção de estratégias de transferências de investimentos corporativos para outros países (CANUTO, 1999).

O crescimento e a estabilidade econômica mantida pelo Japão até a década de 1980 acarretou na ineficiência do país em dar respostas eficazes contra os problemas advindos do contexto internacional no período, a exemplo da valorização “forçada” do iene – imposta pelos Estados Unidos no Acordo de Plaza em 1985 –, e da desregulamentação financeira que estava sendo praticada para auxiliar no processo de internacionalização da economia japonesa (FRAGA, 2013).

Segundo Fraga (2013), frente a esses desafios a política expansiva foi mantida, como conseguinte, o excesso de liquidez da economia japonesa que junto ao aumento substancial nos preços dos ativos geraram em grande medida as bolhas nos preços imobiliários, nos mercados acionários e, posteriormente, a crise bancária dessa economia.

A sobrevalorização do iene causou uma forte pressão deflacionária sobre a economia japonesa, da segunda metade da década de 1980 até meados dos anos 1990, e as políticas monetárias implementadas (queda nos juros, em vez de estímulos fiscais), após o acordo, visavam compensar a perda de dinamismo da economia. Nesse contexto, a política monetária expansionista teria contribuído para um aumento contínuo nos valores dos ativos, principalmente no mercado imobiliário, resultando em uma bolha especulativa (FRAGA, 2013. p. 5).

Fraga (2013) dispõe que, após o boom nos preços dos ativos o mercado acionário japonês despencou, os ganhos obtidos durante a bolha especulativa foram perdidos, com as maiores perdas ainda nos primeiros anos do estouro da bolha. Dentro disso, o mercado imobiliário também entrou em problemas com a triplicação dos preços no período de cinco anos (1985 a 1990).

Como consequência da quebra das bolhas, a taxa de crescimento japonesa reduziu e a sua economia entrou em estagnação. Além disso, a taxa de desemprego aumentou chegando a cerca de 5% nos anos 2000, a taxa de inflação anual declinou drasticamente, tornando-se negativa (deflação). A perspectiva de recuperação econômica acabou sendo frustrada com a crise do setor bancário em 1997.

Dentro desse espectro geral, pode-se dividir a crise financeira japonesa em quatro fases:

- A primeira, de desaceleração econômica, entre 1989 e 1996, e os colapsos das bolhas especulativas;
- A segunda, de intensificação da retração (com a crise no setor bancário, em 1997) e uma leve recuperação, ocorrendo entre 1997 e 2000;

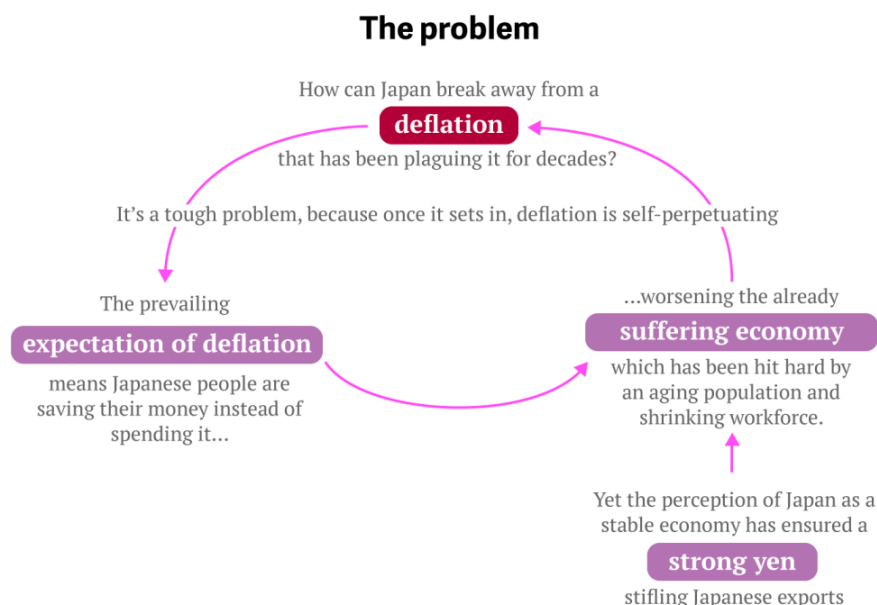
- A terceira fase, “renovação do estresse sistêmico”, entre 2001 e 2003, na qual a economia basicamente manteve-se estagnada, com o hiato de produto aumentando e causando novamente uma deflação, deixando as expectativas dos agentes ainda mais negativas quanto à recuperação; e
- Por fim, a quarta fase, em que a economia japonesa absorve os impactos da chamada crise nos EUA (2007 - 2008) criando um significativo declínio da demanda externa e a forte apreciação da taxa de câmbio do iene atingiram o país em suas exportações.

Como será exposto nas próximas seções a Abenomics surge em 2012, como forma de combater os problemas expostos acima que se mantêm presentes na economia japonesa, de forma que sejam tratados ao mesmo tempo todos os seus aspectos e consequências. Por isso, criam-se três campos de trabalho focais, sendo esses: política monetária, política fiscal e reforma estrutural.

1.2. O que é abenomics?

Por Abenomics entende-se como o termo utilizado para as políticas econômicas defendidas e implementadas por Shinzo Abe após sua eleição, para exercer seu Segundo Mandato, como Primeiro Ministro do Japão no final de 2012, o qual permanece no cargo até o presente momento deste estudo. Essas políticas surgiram como resposta aos sucessivos fracassos que o *Bank of Japan (BOJ)*, ou Banco Central do Japão, obteve através de suas estratégias implementadas para tentar retirar o país da estagnação econômica (RAGUSA; BARZIDEH, 2014) e que podem ser melhor visualizadas na Figura 1.

Figura 1 – Explicação do problema que a Abenomics se propõe como resolução



Fonte: Quartz, It's hard to explain what Abenomics is, so we drew you a picture, 2013.

Como disposto pelo site Governo Japonês JapanGOV (2018), a Abenomics começou com um pacote de medidas desenvolvido com três “flechas” ou metas principais: a) uma flexibilização monetária, por meio de uma política monetária agressiva; b) política fiscal flexível, desenvolvida por meio de estímulos fiscais; e c) estratégias para o crescimento, que envolvem reformas estruturais (ITO, 2013). As duas primeiras teriam como objetivos imediatos impulsionar a demanda doméstica e o crescimento do produto interno bruto (PIB), e elevar a inflação para 2%; enquanto que as reformas estruturais visam melhorar as perspectivas do país aumentando a concorrência, reformando os mercados de trabalho e ampliando as parcerias comerciais (MCBRIDE; XU, 2018) gerando benefícios a longo prazo.

Por meio dessas estratégias, seria possível a saída japonesa da estagnação e deflação econômica e a retomada do seu desenvolvimento econômico de forma sustentável e a resolução de problemas estruturais nos quais o país está inserido (HAUSMAN; WIELAND, 2014).

O governo japonês dispõe essas medidas como diferentes das anteriores, as quais:

(...) visam inverter a tendência duradoura de uma economia em contração que vem sofrendo com a apreciação prolongada do iene e deflação, declínio no emprego e renda, aumento da desigualdade entre as gerações, pessimismo sobre o futuro e um sentimento de estagnação. As medidas reverterão essas tendências e realizarão uma economia forte, cheia de

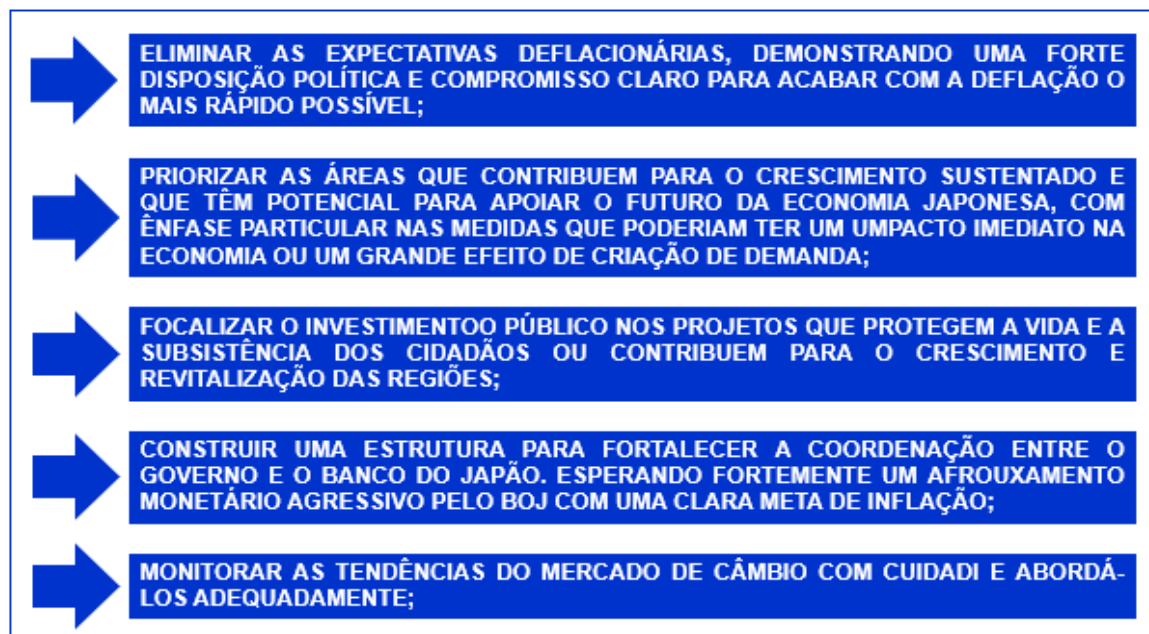
esperança e riqueza, na qual inovações e novos negócios serão sucessivamente gerados, impulsionando o aumento do emprego e da renda. Para além de um orçamento suplementar, serão utilizadas reformas regulamentares, financiamento baseado em políticas e medidas fiscais para evitar uma dupla queda da economia e fazer uma transição harmoniosa para uma estratégia de crescimento econômico sustentável (CABINET DECISION, 2013).

1.3. “As Flechas”

A primeira “flecha” trata de medidas monetárias implementadas em conjunto com o Banco Central do Japão (BOJ). Dentre elas, o ponto focal seria a elevação da inflação japonesa a 2% dentro de dois anos de governo (HAUSMAN; WIELAND, 2014), sendo esse um grande projeto dado o histórico de deflação ou de baixa inflação que o país vinha tendo desde 1999 (INFLATION EU, 2019). Além do aumento da inflação, a política monetária agressiva japonesa também inclui a moderação da taxa de juros, a depreciação do Iene, melhoria do mercado de trabalho e maior taxa de crescimento do PIB (KUNO, 2015).

A segunda flecha refere-se a estímulos fiscais que tem como base o aumento e domínio de gastos do governo – com intuito de estimular o crescimento do consumo populacional –, além da criação de novas oportunidades de emprego, a expansão do mercado e a eliminação da mentalidade deflacionária do país que se mantinha por aproximadamente duas décadas (KUNO, 2015) e estimular o consumo da população.

A flexibilização monetária e fiscal sendo intrinsecamente ligadas, terão seu funcionamento apresentado pela Figura 2.

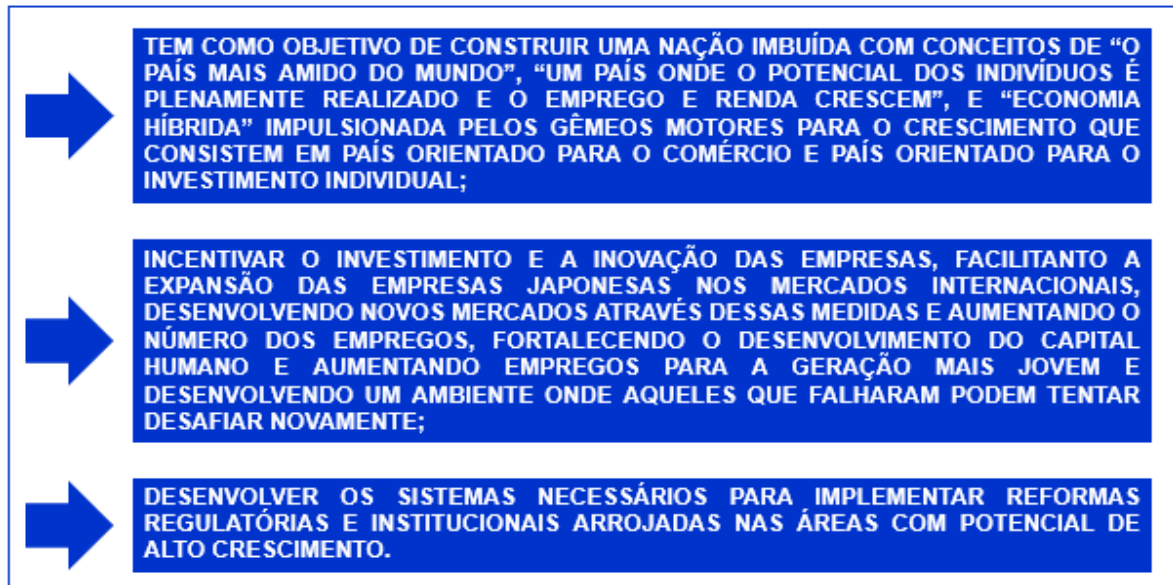
Figura 2. - Funcionamento da Flexibilização Monetária e Fiscal

Fonte: Emergency Economic Measures for The Revitalization of the Japanese Economy, JAPAN, 2013.

Enquanto as duas primeiras flechas têm como meta estratégias econômicas com resultados mais voltados para o curto prazo, a terceira flecha, apesar de se complementar junto às outras, concerne à reformas estruturais, ou seja, estratégias que combatem problemas próprios da sociedade japonesa a longo prazo. Dentro dessas reformas estruturais estão incluídas: parcerias em infraestrutura, diminuição na rigidez do mercado de trabalho e participação em acordos de livre comércio (KUNO, 2015).

Segundo o *Prime Minister of Japan And His Cabinet* (2014) os princípios fundamentais da Terceira flecha são: a promoção de investimento (o investimento corporativo seria encorajado para maximizar o potencial do setor privado); o fortalecimento da utilização dos recursos humanos, aumentando a participação das mulheres, dos jovens e dos idosos na força de trabalho, dando todo o suporte necessário; criação de novos mercados, ao mesmo tempo que enfrenta os desafios globais comuns; e promover a integração econômica global, através do incentivo à expansão das empresas japonesas no exterior e investimento estrangeiro direto, promovendo também a cooperação econômica como no TPP e a EPA (*Economic Partnership Agreement*) Japão-UE. De forma que todos os princípios são alicerces para o fortalecimento da estratégia de crescimento do país. A implementação dessas reformas estruturais podem ser melhor apresentadas na Figura 3.

Figura 3. – Implementação das Reformas Estruturais



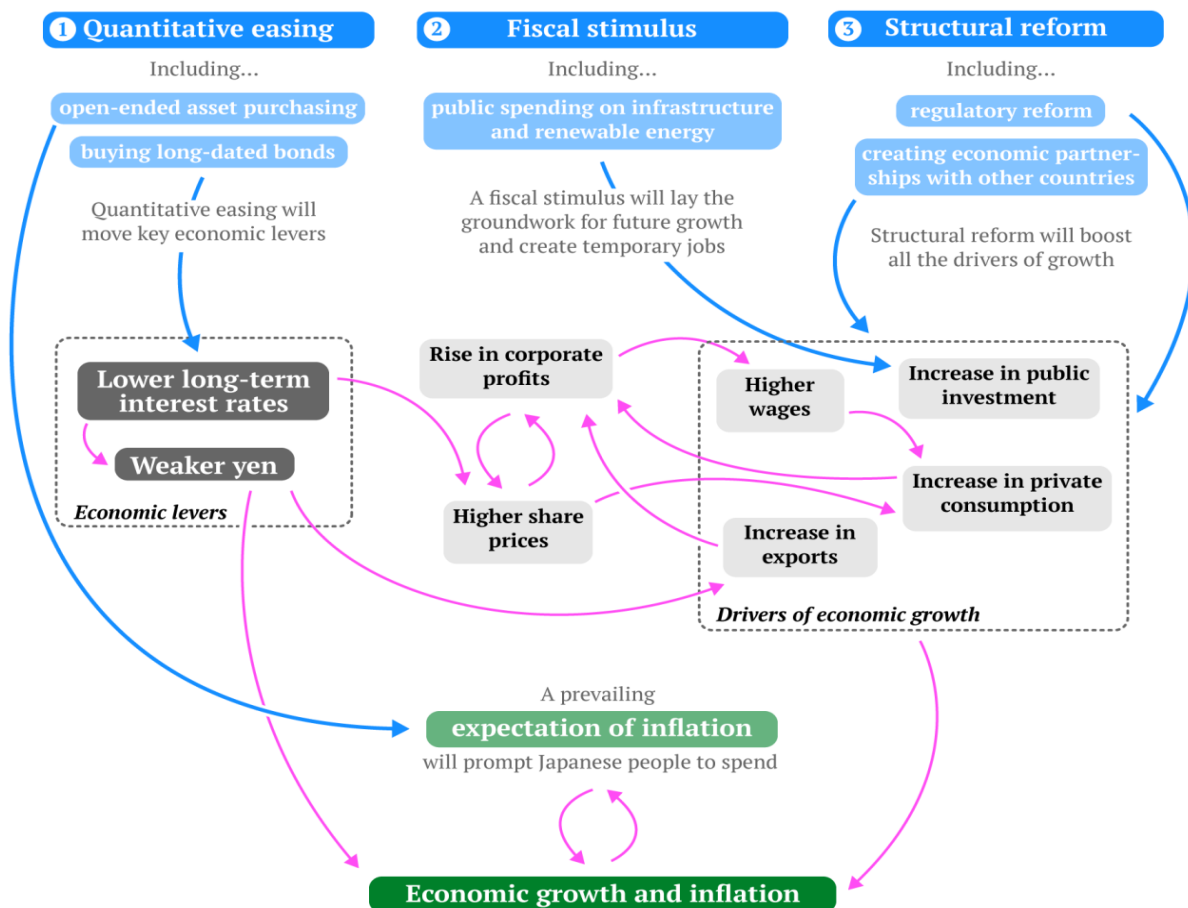
Fonte: Emergency Economic Measures for The Revitalization of the Japanese Economy, JAPAN, 2013.

Dessa forma, a partir do que foi apresentado até então, os três pilares iniciais da Abenomics podem ser melhor apresentados na Figura 4:

Figura 4 – Funcionamento da Abenomics

Abenomics

Prime minister Shinzo Abe's approach to breaking out of the deflationary spiral involves three major policy pushes—the so-called “three arrows.” Their effects are multi-faceted, but each is designed to ultimately spur economic growth.



Ritchie King | Quartz | qz.com

Chart inspired by the “Abenomics Handbook” by Nomura

Fonte: Quartz, It's hard to explain what Abenomics is, so we drew you a picture, 2013.

No entanto, após a implementação dos diversos pacotes e os resultados por eles alcançados (alguns deles serão apontados na sessão subsequente), o governo notou a fragilidade de algumas áreas e, por conseguinte, a necessidade de ampliação da política defendida por Abe para abranger melhor as mesmas. Por isso, foi lançado em 2015 o “Abenomics 2.0”, criando mais três flechas que complementam as anteriores da Abenomics (SUMITOMO MITSUI ASSET MANAGEMENT, 2015).

As novas três setas visam aumentar a taxa de crescimento potencial através de: 1) economia robusta que cria esperança, tendo como meta alcançar o PIB nominal de 600 trilhões de ienes (aproximadamente 5,5 trilhões de dólares); 2) assistência à criança que promove sonhos, com o objetivo de aumentar a taxa de

natalidade de 1,8 por mulher; e 3) segurança social que promove a sensação de segurança, com o objetivo de zerar os casos de pessoas que deixam o emprego para cuidar de um membro da família (SUMITOMO MITSUI ASSET MANAGEMENT, 2015).

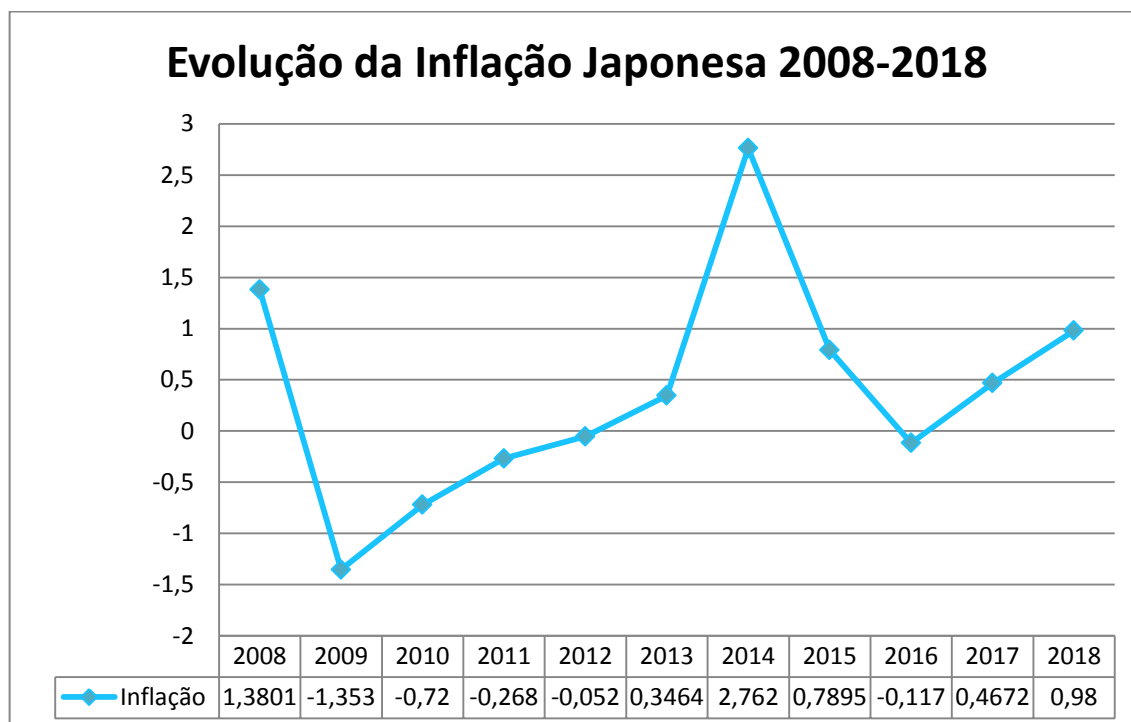
1.4. Desafios e Alguns Resultados Preliminares

Ainda que tenham como foco principal mudanças de curto e médio prazo, as duas primeiras setas do plano de ação defendido por Abe têm enfrentado muitos desafios e impasses. Mesmo que a denominação tenha sido de política monetária agressiva, ela tem se mostrado bastante frágil em alguns aspectos, o mesmo acontece com a flexibilização fiscal (que apesar de grandes avanços ainda tem grandes barreiras a enfrentar), assim como no caso da terceira seta que trata da reforma estrutural, que por si só requer um maior tempo de adequação para ser posta em prática. Assim, ela é posta como meta a longo prazo, dado que interfere sobre aspectos culturais da sociedade japonesa.

Dentre os desafios lançados para a efetivação completa da política monetária flexível, têm-se mostrado, como o mais resistente deles, o aumento da taxa de inflação a 2%. Mesmo com os esforços conjuntos do BOJ e do governo japonês, comprando mensalmente 7 trilhões de títulos do governo japonês (PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2014), atingir a meta estabelecida para a inflação japonesa, que deveria chegar em 2% no ano de 2014, está longe de ser realidade: a inflação continua bem abaixo do pré-estabelecido e com grandes variações de padrão a cada ano.

Sob o governo de Haruhiko Kuroda, o BOJ realizou uma rodada inicial de QE (*quantitative easing*), ou compra de títulos do governo ou outros títulos para reduzir as taxas de juros e expandir a oferta de moeda, em 2013, dobrando seu balanço e ajudando a estimular a economia. Todavia, como a inflação continuou estagnada abaixo de 1% em 2017, o banco passou para uma segunda fase aberta de QE, consistindo em US \$ 660 bilhões em compras anuais de ativos que segundo Kuroda continuarão até que a meta de inflação de 2% seja atingida (KURODA, 2013; MCBRIDE; XU, 2018).

Sendo assim, o Gráfico 1 demonstra a “evolução” da inflação japonesa, comprovando as afirmações anteriores:

Gráfico 1 – Evolução Inflacionária Japonesa

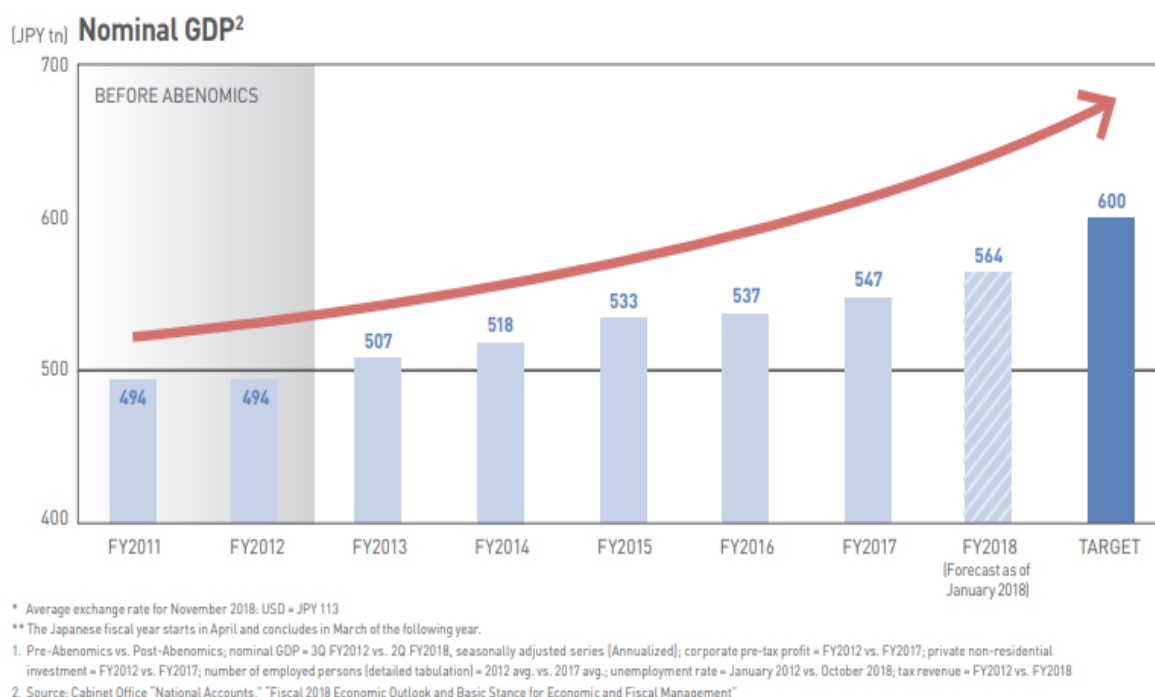
Fonte: Banco Mundial, 2019; Inflation EU, 2019.

Outro aspecto a ser resolvido foi a permanência fraca da economia, sem grandes impulsos ou elevações, o que levou Kuroda a introduzir taxas de juros negativas com intuito de estimular os empréstimos e os investimentos (MCBRIDE; XU, 2018). Considerando ambos os problemas (atingir a meta inflacionária e aumentar os empréstimos e investimento) será extremamente difícil, considerando o dano residual desde a crise financeira de 2008 que deixou a população e os investidores receosos, principalmente no caso japonês, no qual seus cidadãos tem por característica cultural poupar e não fazer investir.

Não obstante, segundo o governo Japonês (2019), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Japão aumentou, o PIB nominal teve um grande salto, saindo de 494 trilhões JPY\$ (US\$ 4,5 trilhões) em 2011 para 547 trilhões JPY\$ (US\$ 5 trilhões) em 2017. Os dados provisórios de 2018 apontam para 564 trilhões JPY\$ (US\$5,1 trilhões), aproximando-se da meta de 600 trilhões JPY\$ (US\$ 5,5 trilhões) que fora estabelecida. O governo Abe também aponta que a taxa de inflação japonesa é a mesma que a dos EUA e da União Europeia, além de também salientar que os preços dos terrenos residenciais comerciais aumentaram desde a implementação da Abenomics (PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2014; JAPANGOV, 2019).

Em 2012, Abe lançou o programa de gastos públicos de JPY 10 trilhões (US\$ 91 milhões) e prometeu que haveria um aumento de JPY 200 trilhões (US\$1,8 trilhões) no número de novos programas públicos de construção em todo o Japão. Ele enfatizou que esses pacotes de estímulo serão eficientemente financiados com títulos nacionais que o Banco do Japão continuará a comprar nos próximos dez anos. Além disso, em 2013, a administração Abe procurou estimular com um pacote de estímulo JPY 10 trilhões (US\$ 91 milhões); e para mitigar a influência negativa do aumento do imposto sobre o consumo em 2015, ele forneceu 5 trilhões de ienes (US\$ 45 milhões) para outro pacote de estímulo no mesmo ano. O efeito desses pacotes é significativo: de acordo com o regime de Abe, o crescimento real do PIB do Japão foi positivo em seis trimestres consecutivos desde a primeira implementação (Kantei, 2015 *apud* KUNO, 2015), conforme mostrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB Nominal



Fonte: Japangov. Abenomics" is progressing!!, 2019.

Entretanto, esse crescimento tem seus contrapontos: um deles é a porcentagem a qual o PIB japonês vêm crescendo anualmente, a qual, a partir da Tabela 1, percebe-se a pouca evolução desde a implementação da Abenomics, nunca chegando ou superando 2%.

Tabela 1 – Porcentagem do crescimento anual do PIB Japonês

Crescimento do PIB Japonês (% anual)								
2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-5,416	4,192	-0,115	1,495	2	0,375	1,354	0,938	1,713

Fonte: Banco Mundial, 2019.

Outro contraponto vem sendo disposto por estudiosos da Abenomics como Orlik (2014), esse que argumenta que o “hiato do produto” do Japão - a diferença entre o PIB potencial e o PIB real - foi negativo. Esse instrumento indica que existe uma relação com a “economia real”, que consiste em sua oferta atual, demanda e taxa de inflação. Em outras palavras, se o hiato do produto é positivo com demanda maior que a oferta, os preços gerais de bens e serviços se tornam mais altos. Como o hiato do produto na economia japonesa é negativo, há o efeito oposto: a queda nos preços gerais. Por essa razão, alguns estudiosos argumentam fortemente que a deflação continuará.

Há também críticos que argumentam que o pacote passado pela Dieta, “2% do orçamento suplementar do PIB”, resultou no aumento da taxa de consumo de 5% para 8% em abril de 2014. De acordo com o orçamento primário ajustado do FMI previsão de saldo, o estímulo real em 2013 foi de apenas 1% do PIB potencial.

Segundo Ragusa e Barzideh (2014), outra estratégia que vem dando resultados é a de depreciação do iene que desde seu anúncio, em novembro de 2013, enfraqueceu substancialmente o iene frente ao dólar estadunidense, provocando uma resposta positiva dos mercados acionários e um subsequente achatamento da curva de juros. Como resultado, os investidores venderam o iene e compraram ações com a expectativa de que o futuro renascimento econômico e a contínua compra de ativos pelo Banco Central do Japão continuariam a estimular os mercados de ações. O Gráfico 3 a seguir apresenta como se deu a desvalorização do iene frente ao Dólar ao longo dos anos de 2011 a 2019.

Gráfico 3 – Desvalorização do Iene frente ao Dólar

Fonte: Yahoo Finance Data, 2019.

A partir do gráfico acima, pode-se verificar o sucesso da política, na qual após a sua implementação o iene manteve-se sempre acima dos 100 na variação de câmbio, significando que cada dólar (US\$1,00) custaria ao menos cem ienes (JPY\$ 100,00); enquanto que nos anos anteriores a moeda japonesa encontrava-se altamente valorizada, levando, por conseguinte, a uma redução nas exportações e aumento nas importações, resultando na balança comercial desfavorável.

O mais recente report do governo japonês (JAPANGOV, 2019) demonstra que a taxa de desemprego do Japão diminuiu saindo de 4.5% em 2011 para 2.4% em 2018, sendo o menor nível assinalado desde outubro de 2008 segundo dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2019b). Kuno (2015) aponta que essa queda deveu-se à tendência, pela qual o número de empregadores aumentou e atingiu os níveis de choque pré-Lehman. Enquanto Jacob M. Schlesinger (2015, *apud* KUNO, 2015) em *Abenomics Gets Boost, But for How Long?* (ou Abenomics ganha impulso, mas por quanto tempo?, em português) também observa que a depreciação do JPY estimulou o desenvolvimento de indústrias turísticas e aumentou o número de empregos domésticos nas multinacionais japonesas.

Dentre os problemas que estão acerca da flexibilização fiscal, verifica-se como o maior deles o impacto que esta política tem sobre a economia japonesa e as

consequintes para a população, gerando inclusive o adiamento da elevação da alíquota de imposto sobre o consumo.

No ano de 2014, Abe elevou a alíquota do imposto de consumo de 5% para 8%, e planejava aumentá-la para 10% em abril de 2017. Todavia, esse aumento foi postergado por duas vezes por, como supracitado, preocupações do seu impacto sobre a economia, tendo, atualmente, sua implementação prevista para o fim de 2019 (ASIAN NIKKEI REVIEW, 2018). De acordo com Abe e seu gabinete em *The Latest Progress and Achievements of the Abe Administration*, este aumento baseou-se na consideração de que o Japão deveria aliviar o fardo das despesas de segurança social no governo, que aumentou exponencialmente em conjunto com o envelhecimento da população.

Esta política também é para trazer mudanças qualitativas no atual sistema educacional, especialmente em áreas de educação e matemática, para que as novas gerações na força de trabalho se tornem mais competitivas tanto na economia doméstica quanto na global. Abe também argumenta que a receita advinda através do aumento da tributação ajudará a criar um impulso para um maior crescimento econômico no Japão e que seus projetos de infraestrutura criarão o momento (PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2014).

De acordo com Abe e seu gabinete em *Strategies for Reviving Japanese Economy* (2015 *apud* KUNO 2015), existem três métodos que o Primeiro Ministro implementou para aumentar os investimentos no Japão:

- A primeira é a Lei de Aprimoramento da Competitividade Industrial, que promove um novo sistema tributário para estimular o financiamento de capital de risco nos setores privados. Essa lei foi implementada para ajudar a aumentar o número de novas startups, que o Japão não possui significativamente por um longo período.
- Em segundo lugar, tem-se a revisão dos *Financial Instruments and Exchange Act*, que foi aprovado na Dieta em Maio de 2014. Lei esta, que criou um sistema, pelo qual as indústrias japonesas participam do financiamento público de forma mais ativa.
- Terceiro, o princípio procura aumentar o número de *angel investors* ou Investidor-anjo – pessoa física ou jurídica que faz investimentos em empresas nascentes ou Startups com capital próprio –, que tem sido

considerado o mais eficiente, já que o processo de aplicação permaneceu simples em comparação com outros sistemas.

Abe também foi capaz de aumentar os subsídios para as SMEs (Small and Medium-sized Enterprises) ou PMEs (Pequenas e Médias Empresas) que oferecem 70% dos empregos e 50% do total de valor agregado dos produtos manufaturados japoneses. Um dos maiores resultados alcançados nessa frente até então foi a implementação da Lei (maio de 2018) que reduz o imposto predial para PMEs que fazem investimentos de capital em ICT (Tecnologia de Informação e Comunicação), robótica, e ferramentas de nuvem. Além disso, o governo japonês pretende ajudar na implementação de tecnologias de ponta em PMEs, incentivar a expansão internacional dessas empresas e dar suporte na obtenção e transição de negócios cujos proprietários estão se aposentando devido a idade (JAPANGOV, 2019).

A partir do mais recente relatório lançado pelo JapanGov (2019), pode-se visualizar outros tipos de tipos de investimentos internos como a redução da taxa de imposto corporativo, encontrando-se abaixo de 30% desde 2016, mesmo com a redução da taxa a receita anual obtida do imposto sobre as corporações aumentou cerca de 7 trilhões em comparação com a administração anterior.

No caso das reformas estruturais, os problemas verificam-se majoritariamente dentre a esfera cultural da população japonesa, dado que essas reformas têm como objetivo a mudança de comportamento e de padrões culturais já bastante imbuídos na população. Nesse âmbito, a rigidez no mundo do trabalho e a falta de mão de obra qualificada em áreas estratégicas vêm sendo abordados das seguintes formas.

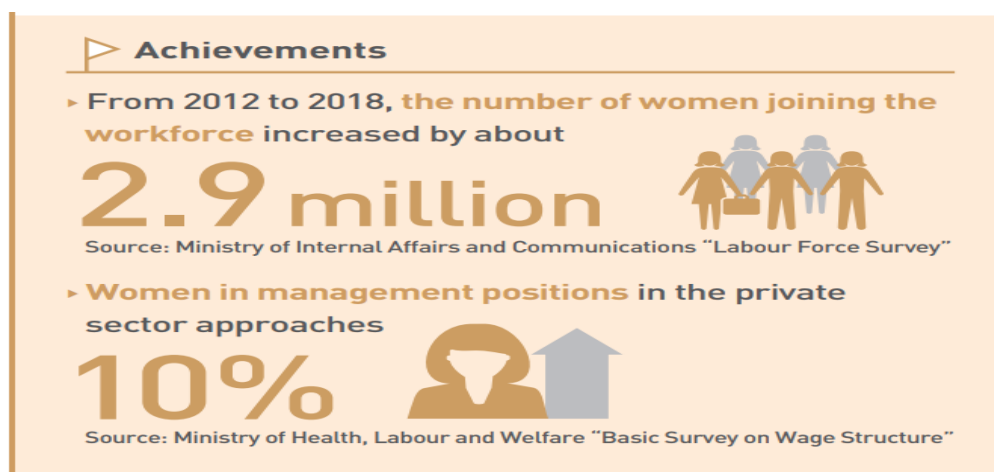
Apesar de até agora, as políticas trabalhistas terem se concentrado em reduzir a cultura do excesso de trabalho, um aspecto intrínseco do mundo corporativo japonês, que levou a um aumento da depressão e dos suicídios. O governo vem ampliando os campos de atuação de suas políticas para aumentar o mercado de trabalho (MCBRIGE; XU, 2018).

Segundo McBride e Xu (2018) um dos maiores fatores para a continuidade da estagnação econômica japonesa é a escassez de mão de obra do Japão. Na última década a população japonesa economicamente ativa se reduziu em 6%, e o Japão pode perder mais de um terço de sua população nos próximos cinquenta anos. Para tentar resolver (ou diminuir) esse problema, em setembro de 2015, Abe anunciou uma plataforma chamada de “Abenomics 2.0”, que se concentra

em aumentar a taxa de natalidade e expandir a segurança social. Para tratar do tema Abe também criou uma nova posição no gabinete dedicada a reverter o declínio demográfico do Japão.

Outra forma de aumentar a mão de obra, que ajuda na manutenção da estagnação, é a diminuição da rigidez no mercado de trabalho – dentre as reformas estruturais os maiores resultados alcançados até então se mostram nesse patamar. Essa vem sendo continuamente diminuída, onde as políticas executadas têm aumentado vigorosamente a participação feminina como mão de obra efetiva no mercado japonês, onde de 2012 para 2018, elevou cerca de 2.9 milhões de mulheres que ingressaram no mercados, além disso, houve um aumento de 10% de mulheres em cargo de gerência em empresas de setor privado (JAPANGOV, 2019), conforme demonstra a Figura 5

Figura 5 – Mulheres no Mercado de Trabalho



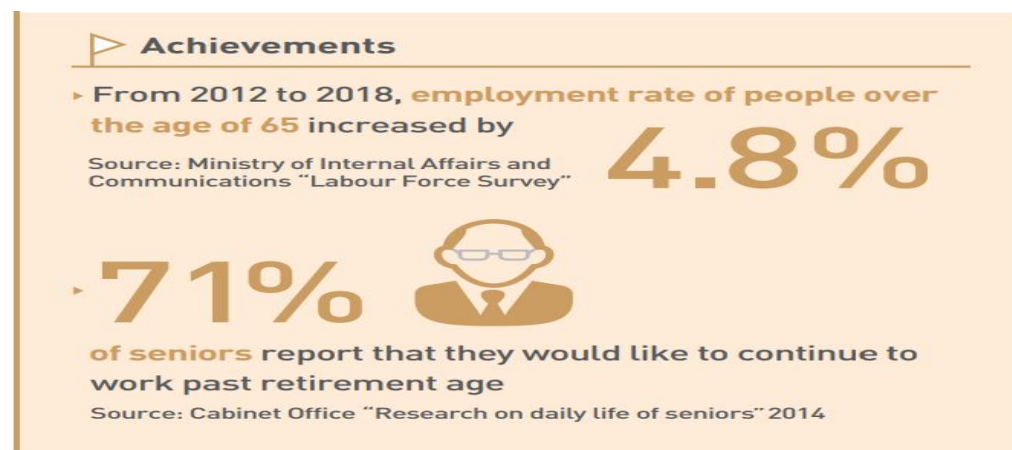
Fonte: Japangov. Abenomics" is progressing!!, 2019.

Para apoiar ainda mais a inserção das mulheres no mercado e o aumento da taxa de natalidade, o governo também tem projetos de investimento em creches e escolas, para que as crianças advindas de famílias de baixa renda possam ter a educação gratuita; suporte para a educação continuada, com cursos de aprimoramento para mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade (JAPANGOV, 2019).

Nesse mesmo âmbito, outro avanço obtido pela política de Abe foi a Lei que promove um estilo de trabalho flexível, sendo ele um teletrabalho, ou trabalhos paralelos para aqueles que desejam assumir vários cargos com uma variedade de medidas políticas, incluindo a renovação de diretrizes. Os idosos também foram

incluídos neste pacote de reformas trabalhistas, no qual segundo os dados do JapanGov (2019) de 2012 a 2018 a taxa de emprego entre pessoas com 65 anos (idade para a aposentadoria) ou mais aumentou em 4,8% e cerca de 71% dos idosos relatam que gostariam de continuar a trabalhar mesmo após a idade de aposentadoria, o que é apresentado na figura 6.

Figura 6 – Idosos no Mercado de Trabalho



Fonte: Japangov. Abenomics" is progressing!!, 2019.

Outra área bastante trabalhada dentro desse pacote trata dos expatriados, para os quais as medidas tentam atrair ativamente profissionais estrangeiros que tenham conhecimento ou experiência em determinadas áreas por meio de procedimentos de vistos mais fáceis; estabelecimento de um novo status de residência para estrangeiros que têm um certo nível de habilidade profissional e técnica, e proficiência em japonês; e a liberação do *Green Card* para profissionais estrangeiros altamente qualificados em áreas selecionadas pelo governo (JAPANGOV, 2019). A efetividade de tal política pode ser visualizada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Crescimento de Expatriados Mercado de Trabalho

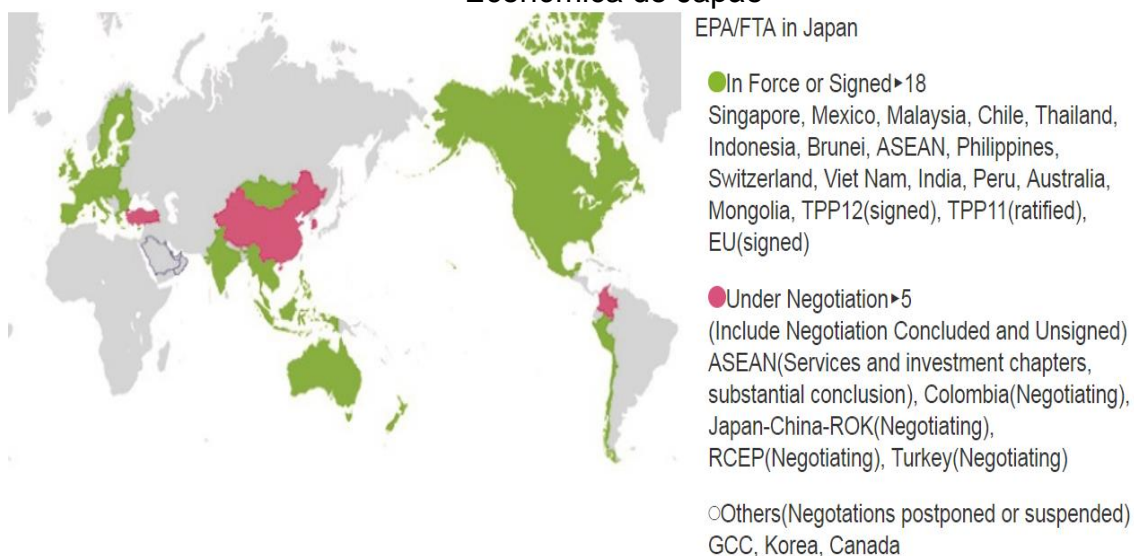
Fonte: Japangov. Abenomics" is progressing!!, 2019.

Dentro do pacote de reformas estruturais, as parcerias de infraestrutura no exterior que têm como metas fornecer financiamento para projetos de infraestrutura em todo o mundo de aproximadamente US\$ 200 bilhões até 2021; fortalecer a competitividade por meio da cooperação público-privada; e expandir o investimento em infraestrutura, aproveitando as tecnologias e conhecimento japoneses. Essas parcerias teriam como foco principal a região da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), fazendo a construção de infra-estrutura como ferrovias, gasodutos e transmissão de eletricidade e geração de energia, desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação, com os princípios de manter as instalações baseadas em energia limpa e resistentes a terremotos (JAPANGOV, 2019; KUNO, 2015).

A abrangência das parcerias de infraestrutura alcançou todos os continentes, atendendo ao seu foco principal. No entanto, a grande maioria das parcerias encontram-se na APEC, com a implementação de 11 projetos, três na Índia, um com a ASEAN, um nas Filipinas, um no Camboja, um em Myanmar, um na Tailândia, um no Vietnã, um na Indonésia, e um em Taiwan; no Oriente Médio têm-se a execução de 2 projetos, um na Arábia Saudita e um na Turquia; na Europa o único projeto é com o Reino Unido; nas Américas encontram-se 3 projetos dois nos Estados Unidos e um no Peru; e, na África, 3 projetos um abrangendo todo o continente africano, um no Quênia e um na Botswana (JAPANGOV, 2017).

Além dos pontos supracitados, outro aspecto que compõe o pacote de reformas estruturais de Abe, diz respeito aos Acordos de Parceria Econômica – APE (*Economic Partnership Agreements – EPA*) e Acordos de Livre Comércio – ALC (*Foreign Trade Agreements – FTAs*), como podem ser observados a partir da figura 7.

Figura 7– Status dos Acordos de Livre Comércio/Parceria Econômica do Japão



Fonte: Ministry of Foreign Affairs of Japan – MOFA (Abr. 2019).

Como verificado acima, a maior parte dos acordos propostos já encontram-se assinados e/ou ratificados, sendo os mais significativos o TPP11 (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*) e o Japan-EU EPA (*Japan-EU Economic Partnership Agreement*). O primeiro tem como signatários Cingapura, Nova Zelândia, Chile, Brunei, Austrália, Peru, Vietnã, Malásia, México, Canadá e Japão; tendo como objetivos: adotar altos padrões de bens e serviços em seu comércio, e cobrir novas questões comerciais, como investimento, compras governamentais, direitos de propriedade intelectual e comércio eletrônico (KUNO ,2015), o acordo entrou em vigor em dezembro de 2018.

O segundo é um acordo específico entre Japão e a União Européia, no qual entrou em vigor em fevereiro de 2019, sendo disposto pelo governo japonês como “um dos maiores acordos bilaterais de livre comércio do mundo e que eliminará quase todos os direitos aduaneiros sobre produtos comercializados entre os dois lados”.

Além desses, o acordo que mais se tem expectativas quanto a sua assinatura e entrada em vigor é o acordo Japão-China-Coréia, o qual se espera que ajude na melhora das relações – não apenas no âmbito econômico como também nas esferas de segurança, diplomacia e cultural –, entre os países signatários e na estabilidade da região.

2. AS RELAÇÕES SINO-JAPONESAS

As relações entre os dois países asiáticos aqui tratados têm, como qualquer outro país, seus impasses advindos de suas histórias. Entretanto, o vínculo entre China e Japão encontra-se em constante e contínuo estremecimento dado o seu passado. Sua história é majoritariamente baseada em conflitos e contenciosos, que não se restringem apenas a conflitos armados, abrangendo também os entraves ideológicos, culturais, políticos, diplomáticos e econômicos. Por conseguinte, todos esses fatores impactam na maneira como esses dois Estados atuam perante o outro na atualidade.

O passado desventurado dessa relação pode ser caracterizado em dois períodos: um mais ameno – não necessariamente amistoso, mas com embates de menor escala –, e o outro período mais intenso, marcado por conflitos de grande escala com confrontos fortemente armados. Esse último localiza-se no lapso temporal dentre o qual houve as duas guerras Sino-japonesas. Já o contexto mais contemporâneo, por sua vez, apresenta um relacionamento com embates mais localizados em esferas políticas e econômicas, todavia sempre havendo menção aos resquícios dos problemas históricos.

Nas seções a seguir tratar-se-á dos três ciclos que permeiam o relacionamento destes países. Dado que o primeiro desses ciclos não apresenta uma influência tão forte sobre o contexto atual e, conseqüentemente, sobre o objeto deste estudo, haverá aprofundamento somente no dois últimos: o segundo ciclo, no qual tem-se a ascensão dos conflitos, tem como intuito apresentar os entraves históricos e sua herança sobre a atualidade, enquanto o terceiro ciclo trata da era Pós conflitos que engloba desde o reestabelecimento das relações econômicas e diplomáticas entre os dois países até o contexto atual e a conjuntura em que se encontram atualmente.

2.1. Um início não tão conflituoso

Desde os primórdios de sua existência, o Japão (e sua sociedade) recebeu forte ondas de influência advindas da China nos âmbitos culturais, na arquitetura, agricultura, religião, direito, economia e linguagem. Os primeiros campos a serem influenciados foram a agricultura – entre os séculos III e II aC, importada em conjunto com instrumentos de ferro que aceleram o processo agrícola –

(YAMASHIRO, 1978), e a escrita que começou a ser importada para o Japão por volta do século V (MARTINS, 2002).

Além disso, durante séculos o Japão foi subordinado a China, no entanto, essa subordinação não se refere a resignação política. Segundo Yamashiro (1978) trata-se de um protocolo formal que os imperadores chineses estabeleceram para autorizar o intercâmbio comercial e cultural com os países circundantes.

Essas influências verificam-se também na própria estrutura estatal japonesa, essa espelhada na chinesa: isso pode ser comprovado ao se observar a implementação da primeira constituição japonesa, a Constituição de Dezesete Artigos (604), que seguia o princípio centralizador do governo chinês e que se encontra baseada nos ensinamentos do Confúcio.

As relações até então amistosas e tranquilas, entretanto, começam a entrar em desarmonia a partir das tentativas de invasão que o Japão sofreu durante o governo da Dinastia Yuan (1271-1368) na China. Vale ressaltar que esses planos foram frustrados por ocorrências climáticas (MARTINS, 2002).

Durante a Dinastia Ming (1368-1644) a China tornou-se uma potência marítima e instaurou um sistema tributário no qual outros reinos, incluindo o Japão, deveriam pagar tributos em reconhecimento da superioridade chinesa. Com relação ao Japão, a última missão tributária – viagem de representantes do governo chinês aos reinos que pagavam tributos a Dinastia Ming para recolhe-los –, data-se de 1547, no entanto, durante o século XVII o Japão implementa o mesmo sistema tributário de relações, entrando assim em confronto com a China pelo controle de alguns reinos, sistema esse que só será finalizado no século XIX (MARTINS, 2002).

Já no período da Dinastia Qing 1644-1912, tem-se um aprofundamento das tensões entre o Império do Meio e o Japão. Com a regulação rígida imposta ao comércio até o século XVIII, a visão japonesa sobre a China começa a ser modificada, fazendo com que se buscasse o afastamento em relação ao Império dos Qing (MARTINS, 2002).

2.2 A eclosão dos conflitos

A partir da instauração da Dinastia Qing na China e da implementação da Restauração Meiji no Japão – implantada após a abertura forçada da economia japonesa em 1854 pelos Estados Unidos da América por meio do comandante Perry (HALL, 1985) –, o agora Império Japonês, por meio do Imperador Meiji e dos militares a seu lado, implementou políticas de desenvolvimento econômico e expansionismo territorial.

Desde a metade do século XIX a meados do século XX, a instabilidade instaurada no continente asiático, criada em grande medida pelas potências europeias que ali estavam estabelecidas, acabaram por aumentar as tensões entre os dois países, deteriorando ainda mais as relações. Assim, em 1894, eclodiu a Primeira Guerra Sino-japonesa, que tinha como base os contenciosos referentes a questões da península coreana. Apesar de sua curta duração – um (1) ano, sendo finalizada em 1895 –, demonstrou o aprofundamento da instabilidade no relacionamento entre os dois países (YAMASHIRO, 1978).

Ademais, a implementação de bases militares japonesas no território chinês, junto com as outras 5 potências mundiais – Estados Unidos, França, Rússia, Império Britânico e Alemanha que posteriormente estarão envolvidas na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) –, num contexto de total instabilidade interna acrescenta mais atritos em suas relações com a China (YAMASHIRO, 1978).

Ao tomar parte no conflito dos países do velho continente, o Império Japonês criou, segundo Pannikar (1969), uma percepção ilusória de sua importância, dispondo-se como mais relevante, o que acarretou na imposição das suas 21 demandas sobre a China, tomando para si o poder de controlar as províncias de Shandong, Manchúria, Mongólia Interior, da costa sul da China e do estuário do Rio Yangtze além de impor-lhes a compra da metade do armamento militar japonês.

Todavia, essas exigências foram barradas pelas potências ocidentais, em especial os EUA, o qual temia a expansão japonesa no continente asiático. Para manter as relações em campos diplomáticos os Estados Unidos, Japão, China, França, Grã-Bretanha, Itália, Bélgica, Holanda, e Portugal estabeleceram o Tratado das Nove Potências no qual concordavam em respeitar a soberania chinesa em torno de seu território (YAMASHIRO, 1978).

Mesmo com suas exigências não sendo atendidas durante a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Japão tomou consciência de seu poder militar e isso acarretou no impulsionamento das suas políticas expansionistas. Essa consciência do poderio militar, em conjunto com a influência dos militares no governo – onde eles tornaram-se os dirigentes do país no início da década de 1930 –, além dos problemas econômicos, enfrentados internamente, fez com que o Japão se afastasse das ideias dos países ocidentais e mantivesse suas pretensões expansionistas cada vez mais fortes (YAMASHIRO, 1978).

Segundo Lima Filho (2017) e Yamashiro (1978), o "incidente de Mukden", ou o "incidente da Manchúria" – no qual militares japoneses explodiram uma parte da ferrovia do sul da Manchúria, que era de propriedade japonesa, e acusaram opositores chineses pelo ato de sabotagem –, serviu de pretexto para o Exército japonês invadir a região antes da Segunda Guerra Sino-Japonesa, que começaria oficialmente apenas a partir de 1937, e da Segunda Guerra Mundial, no qual os dois países também entrariam em confronto. Uma explosão provocada em 1931 pelo tenente Suemori Kawamoto, do exército de Kwantung – batalhão japonês instalado na província desde 1919 –, foi o pretexto para a ocupação de toda a região por parte do Exército Imperial Japonês.

Mesmo com as repressões dos outros Estados, o Japão manteve seu expansionismo militar avançando sobre o norte da China até se aproximar de Pequim, momento no qual Chiang Kai Shek aceita a proposta de armistício, tendo assim uma trégua temporária. Entretanto, em 1937 inicia-se uma nova Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), conflito cujo governo de Tóquio procura limitá-lo, sem sucesso, dado o poder retido pelos militares e o apoio doméstico que eles detêm (YAMASHIRO, 1978).

Os militares japoneses adentraram o território do Império do Meio, realizando conquistas ao longo do rio Changjiang. O Exército japonês avançava em direção às regiões do Leste e Sul de forma contínua: no período de 1937 a 1938, conquistou sucessivamente Xangai, Suzhou, Nanquim, Qingdao, Cantão e Hainan, e impelindo o exército chinês para Oeste (MARTINS, 2002), mesmo contra as instruções iniciais do governo de Tóquio (YAMASHIRO, 1978).

Diante desta situação, Tóquio altera sua posição inicial e rejeita negociações com o governo de Chiang Kai Shek, prejudicando os interesses de potências

ocidentais, que tinham negócios com a China, e gerando uma enorme tensão em escala mundial (YAMASHIRO, 1978). Esse contexto internacional, dividido em dois polos, obriga o Japão a se distanciar cada vez mais dos países que posteriormente irão se tornar os “Aliados” e a se aproximar ideologicamente dos países que formarão o “Eixo”.

A expansão territorial do Império japonês iniciada em 1931 com a Manchúria percorre grande parte do leste e sul do continente asiático. As invasões são finalizadas apenas após a derrocada do Império do Sol Nascente posteriormente aos embates com os EUA e aos bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki, que trouxeram a rendição japonesa por meio do decreto do Imperador em 1945 (YAMASHIRO, 1978).

2.3. Fim dos conflitos armados e início das Relações diplomáticas

No pós II Guerra Mundial, as relações entre os dois gigantes asiáticos entraram em letargia, ambos se voltam para seus problemas internos: a China para reconstruir seu território e lidar com as diferenças ideológicas domesticamente, encontrava-se em meio a uma guerra civil interna entre comunistas e nacionalistas (MARTINS, 2002), enquanto o Japão teve de lidar com as imposições dos vencedores da guerra e a reconstrução do país. Durante esse período os EUA implementaram uma nova Constituição Japonesa, retirando os poderes do Imperador e proibindo o Japão de ter um exército próprio (ficando restrito às Forças de Defesa) (YAMASHIRO, 1978).

Segundo Chalmers Johnson (1995 *apud* MARTINS, 2002), a primeira fase das relações sino-nipônicas do século XX foi do discurso de Mao Tsé Tung sobre a disposição de estabelecer relações diplomáticas com qualquer governo estrangeiro em outubro de 1949 até 1971, e se caracterizou pela dependência e constrição japonesa. Por conseguinte, "entre meados de 1950 e finais de 1970, a atitude peculiar do Japão em relação à China permitiu à RPC tirar vantagem política do Japão nas suas relações bilaterais" (CHALMERS JOHNSON, 1995 p. 236 *apud* MARTINS, 2002, p. 35).

Embora o período da Guerra Fria tenha disposto os países asiáticos em eixos ideológicos diferentes, também foi nesse intervalo de tempo que o Japão e a China começaram os esforços para uma reaproximação política (SOUZA, 2014). Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Japão (MOFA JAPAN - MINISTRY OF

FOREIGN AFFAIRS, 2012) as relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas apenas em 1972 por meio do Comunicado Conjunto do Governo do Japão e o Governo da República Popular da China, acarretando posteriormente no Tratado de Paz e Amizade entre Japão e República Popular da China de 1978, que, entre outros tópicos, havia comprometimento para a resolução de toda e qualquer disputa existente entre ambos por meios pacíficos (SOUZA, 2014).

Desde então, os dois países entraram em significativa harmonia até os testes nucleares chineses em 1994-1995. Em resposta, o Japão congelou a ajuda não reembolsável, “o chamado 4.º empréstimo em yen” (MARTINS, 2002. p 75). A China reagiu violentamente, lançando um novo teste nuclear, desencadeando novas sanções pelo governo japonês, que cortou os subsídios para o desenvolvimento chinês. Entretanto, as conversações entre os representantes dos países continuaram, e manteve-se uma perspectiva de melhora nas relações de âmbos com as visitas recíprocas nos dois países (MARTINS, 2002).

Em 1998, houve a primeira visita de Presidente chinês ao Japão, que resultou na Declaração Conjunta *"On Building a Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development"* que reforça a declaração conjunta de 1972 e amplia a cooperação entre os dois países em 33 áreas. Também durante essa visita, o então Primeiro Ministro Keizo Obuchi pediu formalmente desculpas ao Presidente chinês Jiang Zemin, pelas atrocidades cometidas durante a guerra e ofereceu um novo empréstimo de cerca de 883 milhões de contos à China para projetos de desenvolvimento ambiental e agrícola. (MARTINS, 2002).

Sendo assim, a ODA (*Official Development Assistance*) ou Assistência Oficial ao Desenvolvimento, manteve-se disponibilizando assistência para o desenvolvimento da China desde 1979 (com a breve interrupção de 1995 a 1998), em forma de empréstimos em ienes, subsídios e cooperação tecnológica utilizados para ajudar na modernização chinesa através da construção de infraestruturas, como estradas. A ODA mantém esse modelo de vínculo com a China até o ano de 2018, em que o governo japonês anuncia que a ODA será implementada na forma de cooperação bilateral, com o intercâmbio de pessoas sendo uma das principais modalidades (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018b).

Entretanto, apesar das tensões aumentadas, não houve escalonamento para conflitos bélicos entre os dois países. Assim, os conflitos políticos, principalmente

concernentes aos crimes de Guerra cometidos pelo Japão, encontram-se nas pautas dos encontros dos chefes de estado mesmo atualmente (MARTINS, 2002).

2.4. Japão e China no contexto contemporâneo.

Os fatos históricos não são os únicos que interferem fortemente no relacionamento sino-nipônico, pelo contrário, os problemas contemporâneos também foram incluídos. Assim, pode-se afirmar que as relações Japão-China atuam em três frentes: político-militar, político-econômica e histórica, visto que apesar da interdependência econômica passar dos 50% no continente asiático, a “segurança na Ásia” ainda pode ser vista como um campo totalmente disfuncional, do qual as duas maiores economias da região não estão excluídas (MANNING; FEIGENBAUM, 2012).

Os vínculos que estavam se consolidando cada vez mais por consequência das relações econômicas começaram a se dividirem com a crise asiática de 1997-98, com a adoção de posições separadas referentes à economia (capitalismo japonês contra comunismo chinês) e segurança. As questões acerca das ilhas artificiais chinesas e o mar territorial dos países do leste e sudeste asiático apenas aprofundaram ou trouxeram novos contenciosos para os relacionamentos já conturbados da região (MANNING; FEIGENBAUM, 2012).

O posicionamento chinês sobre as relações entre ambos os países demonstra esse choque entre os países, que mesmo após a reaproximação iniciada na década 1950 e concretizado oficialmente em 1972, o ressentimento pelos crimes de guerra cometidos pelo Japão não foram apagados ou esquecidos. Segundo o Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013), as relações China-Japão enfrentaram contínuas e graves dificuldades, e os intercâmbios e a cooperação em vários âmbitos foram fortemente afetados pelo que o governo chinês dispõe como provocações do Japão em relação às Ilhas Diaoyu e às questões históricas.

O governo chinês discursa que manteve uma visão consistente de que as relações China-Japão devem ser desenvolvidas com base nos quatro documentos políticos assinados pelos dois países, e no espírito de ter a história como um espelho para refletir o futuro, isto é, manter em mente sua história para evitar cometer os mesmos equívocos, não esquecendo o passado, mas procurando uma

via conciliatória entre ambos (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

A ascensão de Abe como o Chefe de Estado japonês não levou a uma aproximação com o Império do Meio, pelo contrário, no seu primeiro ano de governo houve um grande afastamento entre os países, junto a uma significativa redução no comércio e investimento, além da diminuição do intercâmbio político bilateral entre ambos (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

Todavia, um episódio em dezembro de 2013 trouxe bastante tensão nas relações sino-nipônicas: Abe prestou homenagens no Santuário Yasukuni – Santuário que homenageia os 2,5 milhões de mortos durante a II Guerra, porém classificado pela China como “o Santuário que homenageia os criminosos de guerra de Classe A da Segunda Guerra Mundial” (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

(...) Este ato tomado por Abe feriu gravemente os sentimentos de pessoas de todos os países que já sofreram com a agressão militarista japonesa e o domínio colonial. Foi uma flagrante provocação aos povos amantes da paz em todo o mundo, um atropelo grosseiro sobre a justiça histórica e a consciência humana, e um descarado desafio à vitória do mundo na guerra contra o fascismo e à ordem internacional do pós-guerra estabelecida em a base da Carta das Nações Unidas. O que Abe fez despertou firme oposição e forte condenação do governo e do povo chinês e da comunidade internacional (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

Apesar de Abe justificar que a homenagem seria a respeito de todos os mortos nos conflitos e não aos militares, ademais do intuito de manter firmemente o compromisso de nunca mais travar uma guerra (PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET, 2013); os representantes do governo Chinês observaram esse ato como um atentado à memória e aos sentimentos da população dos países que sofreram com as invasões militares japonesas; adotando então, medidas em resposta e fazendo fortes declarações condenando as ações do Primeiro Ministro japonês além de manter a sua posição de prudência quanto as ações japonesas no Pós-Guerra (MOFA CHINA - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

No entanto, dois anos após o documento de posicionamento do Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China e as repreensões feitas pelos países ao posicionamento japonês em 2013; o Primeiro Ministro japonês, Shinzo

Abe, discursou na comemoração dos 70 anos do fim da II Guerra Mundial, expressando que o Japão tomou um caminho incorreto ao invadir outros países da região e se lançar em conflitos armados:

(...) Com o incidente manchú, seguido da retirada da liga das Nações, o Japão transformou-se gradualmente em um desafiante para o novo ordem internacional que a comunidade internacional procurou estabelecer após sacrifícios tremendos. O Japão tomou o rumo errado e avançou ao longo do caminho para a guerra (ABE, 2015. p. 2).

Além disso, Abe reconheceu determinados crimes de Guerra dos quais o Japão é acusado de não admitir, sendo esse um dos principais pontos de discordância entre o ex-Império japonês e os países que foram invadidos, principalmente a Coreia do Sul e a China.

(...) Na China, sudeste da Ásia, as ilhas do Pacífico e em outros lugares que se tornaram os campos de batalha, inúmeros cidadãos inocentes sofreram e foram vítimas de batalhas, bem como dificuldades, como privações graves de comida. Nunca devemos esquecer que haviam mulheres por trás dos campos de batalha cuja honra e dignidade foram gravemente feridas. Sobre as pessoas inocentes nosso país infligiu danos imensuráveis e sofrimento. A história é dura. O que é feito não pode ser desfeito. Todos e cada um deles tiveram sua vida, seu sonho e sua amada família (ABE, 2015. p.3).

Mesmo com todos esses problemas resultantes dos conflitos situados no século passado, observa-se que, a partir dos *Diplomatic BlueBooks* (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS 2016, 2017, 2018), relatórios anuais sobre política externa japonesa do Ministério das Relações Exteriores do Japão, dos últimos anos; se têm existido esforços na tentativa de conciliação entre os países além de um estreitamento das relações.

Em 2015, assim como nos anos subseqüentes, houve vários encontros entre os representantes de ambos os governos, tanto em conversas diretas como também por meio dos organismos internacionais além de negociações informais. Dentre essas reuniões, Shinzo Abe e Li Keqiang, Primeiros-Ministros do Japão e da China, respectivamente, reconheceram que as relações entre os países vinham melhorando, bem como confirmaram que voltariam a ter visitas mútuas entre os representantes do alto nível dos governos. Ademais, com base no conceito de “Relação Mutuamente Benéfica baseada em Interesses Estratégicos Comuns”, o Governo do Japão dispõe que promoverá o desenvolvimento das relações Japão-China por meio de diálogos e cooperação contínua em vários âmbitos (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2016).

Já em 2016, pode-se perceber essa melhora das relações a partir da elevação na quantidade de reuniões entre representantes de ambos os países, mas, em geral, todos ligados de alguma forma à área econômica. Assim como também se verifica nos dados relacionados ao turismo, onde segundo a JNTO Organização Nacional de Turismo Japonês (*Japan National Tourism Organization*) cerca de 6,37 milhões de chineses viajaram para o Japão no ano (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017).

Com a comemoração, em 2017, do 45º aniversário da normalização diplomática Japão-China, houve ainda mais avanços referentes à melhoria das relações entre os dois (ainda que, a exemplo dos anos anteriores, voltados mais fortemente para a área econômica e política). Na esfera da segurança, através da Consulta de Alto Nível sobre Assuntos Marítimos Japão-China, os dois países compartilharam do pensamento de que uma relação estável entre eles é essencial para a paz e estabilidade da região e da comunidade internacional (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a).

No ano de 2018, a comemoração dos 40ª anos do Tratado de Paz e Amizade China-Japão, além da visita do Primeiro Ministro japonês à China, elevou ainda mais o grau de aproximação. Foram discutidos tópicos referentes à cooperação econômica; intercâmbio de pessoas e de representantes dos governos; cooperação em assuntos consulares; segurança marítima – maior problema a ser enfrentado entre eles – e assuntos regionais e internacionais (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018b).

No entanto, mesmo com todos esses esforços para melhorar o relacionamento entre as duas maiores economias da Ásia, o âmbito da segurança vêm sendo um problema recorrente que trabalha na contramão desses esforços.

Segundo os *Diplomatic Bluebook* (2016; 2017), as iniciativas da China de fortalecimento das suas capacidades militares sem a transparência necessária e o aumento das atividades militares Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional vêm causando preocupações em toda a região.

(...) De janeiro até o final de dezembro de 2015, embarcações de propriedade do governo chinês invadiram as águas territoriais japonesas ao redor das ilhas Senkaku 35 vezes (95 navios no total). As ilhas Senkaku são indiscutivelmente parte integrante do território do Japão, à luz de fatos históricos e baseados no direito internacional. De fato, eles estão sob o controle válido do Japão. O governo do Japão continuará a lidar com a situação com determinação resoluta para defender a terra, o mar e o

espaço aéreo territoriais do Japão. Além disso, no que diz respeito ao desenvolvimento unilateral dos recursos realizados na área marítima até a delimitação, o Governo do Japão continuará solicitando fortemente à China que ponha fim ao seu desenvolvimento unilateral e implemente o acordo de cooperação ("Acordo de junho de 2008") (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2016).

Esse ocorrido não ficou restrito ao ano de 2015: o número de invasões a águas territoriais japonesas aumentou em 2016 para 36 e com um total de 121 navios (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2017).

A China não é a única a fazer esforços militares, dado que Abe tenta rever o Artigo 9º da Constituição japonesa, no qual dispõe que o país não procurará entrar em guerra, proibindo-o assim, de criar um exército (já que seu aparato militar se detém a Forças de Autodefesa). Esse movimento afeta bastante seu vínculo com a China, a qual deixou claro na declaração conjunta de 2008 seu apreço pelo país vizinho contribuir para paz mundial por meios pacíficos. A tentativa de Abe mantém a população chinesa com receio de que o Japão torne a repetir seus erros militares, aumentando a pressão sobre o governo chinês, visto o papel cada vez maior da opinião pública na formação de política externa do país (YONGTAO, 2017).

Torna-se então perceptível que enquanto nos âmbitos econômicos e diplomáticos têm-se havido um estreitamento das relações, na esfera de segurança, os atritos ainda continuam resistentes, mantendo a apreensão e o embate entre os países.

3. ABENOMICS: INFLUENCIA NO FLUXO COMERCIAL E NAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A CHINA

Os capítulos anteriores discorreram sobre dois aspectos diferentes da política japonesa, que apesar de se entrelaçarem em alguns momentos, não têm necessariamente uma relação de causa e efeito. Até então, não foi possível perceber ligações diretas ou fazer grandes paralelos entre os temas aqui discutidos.

Ainda que não pareça, os dois assuntos tratados nos tópicos anteriores podem ser associados, sendo esse o objeto principal desse estudo. Mesmo que seja uma política essencialmente doméstica, a Abenomics, em seus vários âmbitos, associa-se com Política Externa, sendo assim, tem influência sobre a posição japonesa no contexto internacional e, como consequência, em sua relação com outros países.

Os dois aspectos da Abenomics que influenciam diretamente as suas relações com a China, mais especificamente, no fluxo comercial, advém de âmbitos diferentes desse pacote, sendo eles: a política de desvalorização do iene e os Acordos de Parceria Econômica/Livre Comércio, pertencendo respectivamente, às políticas monetárias e às reformas estruturais.

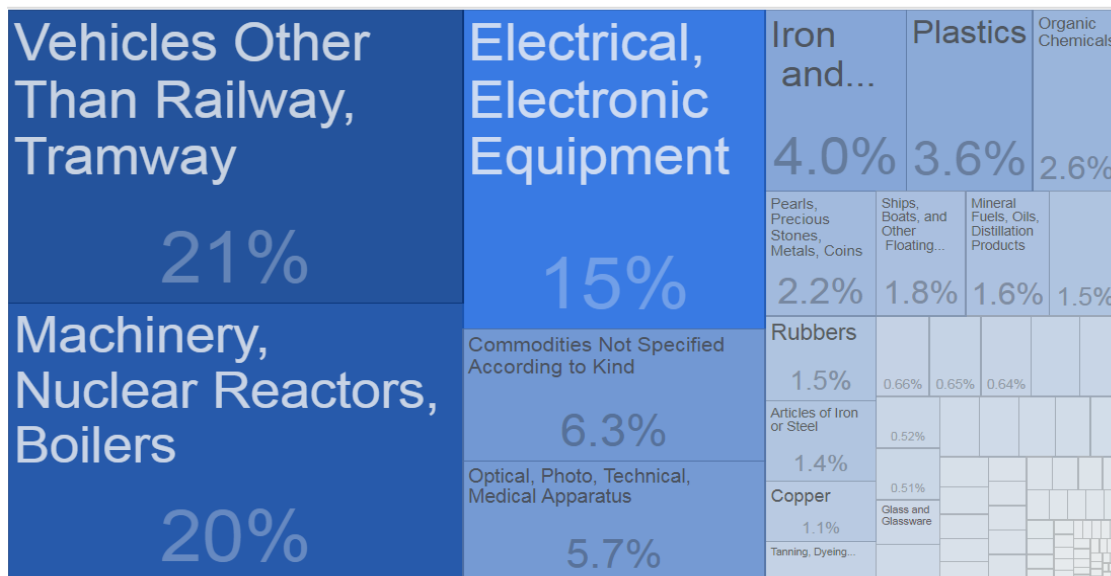
3.1. Depreciação do iene e seus Efeitos no Fluxo Comercial

A política de desvalorização do iene atua sobre o fluxo comercial sino-japonês no tocante a valores das moedas, ou seja, sobre a taxa de câmbio, de forma que o valor do iene japonês frente ao Yuan (ou Renminbi chinês) seja sempre desvalorizado. Mesmo que a política de desvalorização do iene tenha sido criada com o direcionamento voltado para o dólar; manter o valor de sua moeda reduzido trouxe ao Japão benefícios frente a outras economias com moedas mais valorizadas, como é o caso com a China (embora o Renminbi seja uma moeda barata comparada a outras potências econômicas), o que será melhor discutido posteriormente.

Com a instalação da política cambial o valor do iene reduziu bastante frente a outras moedas internacionais importantes. Por conseguinte, auxiliou na exportação de seus produtos, sendo então cerca de 92% das mercadorias exportadas, segundo dados da Unctadstat (2019), produtos manufaturados, ou seja, com maior valor

agregado. A composição das exportações japonesas podem ser melhor observadas na Figura 8

Figura 8 – Composição **total** das Exportações japonesas no ano de 2017

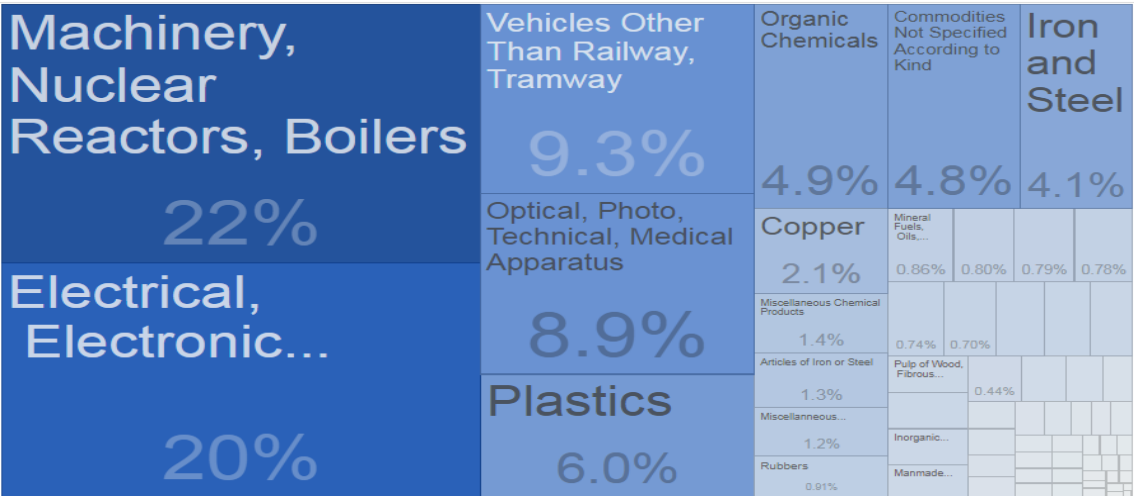


Fonte: Trading Economics, 2019.

De acordo com a figura acima, os produtos japoneses são majoritariamente produtos de alta tecnologia e componentes eletrônicos. Esse é um dos motivos para a Abenomics ter como objetivo investimentos massivos em educação tecnológica, para assim atender as demandas mundiais.

As mercadorias importadas pela China também seguem o padrão das exportações totais, sendo principalmente máquinas, equipamentos eletrônicos e veículos como pode ser visualizado na figura 9.

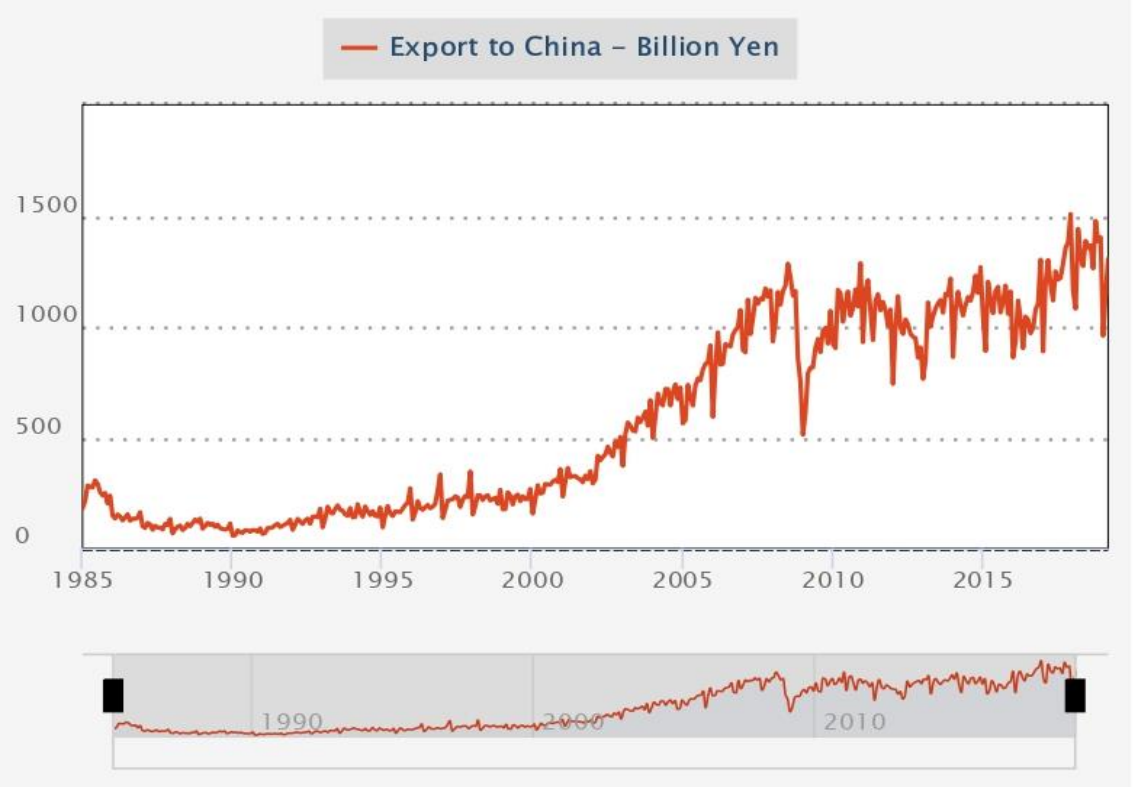
Figura 9 – Composição das Exportações japonesas para a China



Fonte: Trading Economics, 2019.

Os esforços do governo japonês, em conjunto com o cenário, tanto interno quanto externo, para manter o lene mais barato com o intuito impulsionar as exportações do país têm dado retorno (ao menos no que diz tocante as exportações para a China) como pode ser visto no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Exportações Japonesas para a China (em bilhões de lenes)



Fonte: Japan Macro Advisors, International Balance. Customs-Cleared Trade, 2019.

No Gráfico 5, verifica-se o relativo aumento no volume das receitas advindas das exportações para China desde a implementação da política do *Bank of Japan* em novembro de 2013. No entanto, há algo que deve ser estudado posteriormente: os picos negativos de exportação, que coincidem majoritariamente nos dois primeiros meses dos anos.

Segundo dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2019a), cerca de 17,5% do PIB japonês é composto pelas exportações de bens e serviços. Uma elevação nas exportações significa uma esperança para o crescimento do país; um declínio nas mesmas, principalmente para a China e Estados Unidos, poderia trazer serias consequências. Dessa maneira, tem-se aí a explicação da tentativa do governo de Abe em manter o lene depreciado, alavancando assim as exportações.

Além de um forte receptor de produtos japoneses, segundo ao relatório anual da Jetro (JETRO GLOBAL TRADE AND INVESTMENT REPORT, 2018), a China também é a maior fonte de importações por 16 anos consecutivos, sendo assim o maior parceiro comercial do Japão, o que é corroborado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Fluxo de Importações e Exportações para os maiores parceiros do Japão
Japan's exports and imports by major country/region

(Million USD, %)

	2016	2017	YoY change	Contri bution	Jan-Jun 2018	YoY change	Contri bution
Total exports	644,579	697,221	8.2	8.2	368,908	10.1	10.1
US	130,019	134,595	3.5	0.7	68,257	6.1	1.2
EU	73,394	77,108	5.1	0.6	42,391	12.8	1.4
China	113,874	132,651	16.5	2.9	70,380	14.3	2.6
ASEAN	95,535	105,719	10.7	1.6	56,544	13.0	1.9
Total imports	607,020	670,971	10.5	10.5	362,856	11.3	11.3
US	67,371	72,038	6.9	0.8	39,261	9.7	1.1
EU	74,944	77,984	4.1	0.5	42,918	15.2	1.7
China	156,444	164,256	5.0	1.3	83,165	6.4	1.5
ASEAN	92,301	102,773	11.3	1.7	55,497	11.2	1.7

Note: Yen-based values are converted to dollar-based values by JETRO.

Source: "Trade Statistics" (MOF)

Fonte: JETRO Global Trade and Investment Report, 2018.

Os equipamentos elétricos respondem por 30% das importações da China, as quais são compostas preponderantemente por celulares e peças de equipamentos de comunicação. Por outro lado, têxteis e seus derivados, incluindo vestuário, que

representam mais de 10% das importações da China, vêm continuamente diminuindo (JETRO GLOBAL TRADE AND INVESTMENT REPORT, 2018).

Entretanto, a manutenção do elevado número das exportações japonesas não pode ser atribuído unicamente à política de Abe, dado que essa elevação vêm antes mesmo da entrada de Abe no segundo mandato em 2012. O Japão atualmente se beneficia de um contexto internacional favorável com o primeiro crescimento global sincronizado desde 2007. Apesar disso, ao mesmo tempo que o país tem a China como uma grande aliada para o seu crescimento, ela também pode representar um grande risco.

Ao manter a intervenção direta para enfraquecer o iene, o governo Abe influenciou nas importações japonesas de produtos chineses, dado que a China fixa a sua taxa de câmbio com base no dólar – o que ajudou na discrepância de valores (como pode ser observado no Gráfico 6) entre as moedas asiáticas –, e obteve uma enorme vantagem no comércio frente a seu vizinho desde 2012 (LINGENHELD, 2016). Todavia, é válido ressaltar que os resultados comerciais negativos para a China trazem receios quanto ao futuro das relações bilaterais dos gigantes asiáticos, ainda dependentes da política externa dos Estados Unidos para a região. Dessa maneira, há uma possibilidade de haja sérios problemas para a manutenção das políticas desenvolvidas por Abe.

Gráfico 6 – Equivalência do iene em comparação ao Yuan

CNY/JPY (CNYJPY=X) ☆

CCY - CCY Delayed Price. Currency in JPY

16.616 -0.037 (-0.2222%)

As of 5:10AM BST. Market open.



Fonte: Yahoo Finance Data, (Abril 2019).

A partir do Gráfico 6, pode-se visualizar que antes da adoção do BOJ da política de enfraquecimento cambial, o Iene se mostrava valorizado frente ao Renminbi, mas isso não se restringe à moeda chinesa. A moeda japonesa encontrava-se fortemente valorizada dado ao contexto internacional Pós-Crise, no qual a maioria das principais moedas do mundo declinaram em relação ao Iene.

Outra consequência da desvalorização da moeda japonesa vem através do turismo. O número de chegadas estrangeiras ao Japão explodiu desde que Abe assumiu o cargo. Segundo a Organização Nacional de Turismo do Japão, o Japão atraiu 6,39 milhões de turistas estrangeiros em 2011. Em 2012, quando Abe assumiu o cargo, esse número subiu para 8,36 milhões e atingiu 28,69 milhões em 2017. Isso representa um crescimento de 449% nos últimos seis anos. Isso seria impressionante para um destino "em ascensão" em desenvolvimento. Para um país altamente desenvolvido como o Japão, é nada menos que extremamente representativo

Em conjunto com a redução no valor do Iene, houve uma flexibilização dos requisitos de visto, especialmente para os turistas chineses auxiliando bastante nesse processo de crescimento. No entanto, segundo Hinsdale (2018) o impacto de exigências menores de visto não deve ser exagerado. O Iene mais fraco foi provavelmente o maior fator no rápido crescimento do turismo estrangeiro de entrada. O turismo chinês teve um crescimento assombroso durante o período do governo Abe. Em 2011, apenas 1,04 milhão de turistas chineses viajaram para o Japão, em 2017 esse número ficou em 7,35 milhões. Isso significa que o crescimento do turismo chinês para o Japão neste período está em impressionantes 705%.

3.2. Diplomacia Econômica: FTAs/EPAs

Com o contexto econômico internacional ainda em recuperação após a crise de 2007, o risco de novos desequilíbrios mantém-se presente, sendo necessário, de acordo com o governo japonês, o estabelecimento de uma base robusta para auxiliar a recuperação das economias mundiais. Baseado nessa conjuntura econômica, o Japão definiu como meta estratégica da sua diplomacia econômica, manter e fortalecer o sistema econômico internacional livre, aberto e fundado sobre o estado de direito (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a).

O Japão desenvolveu sua diplomacia econômica com base em três pilares: a Promoção de Parceiras Econômicas, a Liberação Comercial Multilateral (OMC), e em Discussões Internacionais Lideradas pelo Japão; esses pilares têm como objetivo de acelerar a promoção da diplomacia econômica como uma das áreas prioritárias da diplomacia japonesa, centrada nos três aspectos: (1) elaboração de regras para reforçar sistemas econômicos globais livres e abertos, promovendo o Mega-EPA (Mega Acordo de Parceria Econômica); (2) apoiar a expansão comercial das empresas japonesas no exterior através da promoção de parcerias público-privadas; e (3) promover a diplomacia de recursos junto com o investimento interno em direção ao Japão (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a).

Dentre esse espectro, o país avançou simultaneamente em quatro dimensões de negociações ligadas ao primeiro pilar (promoção de parcerias econômicas), sendo tais: o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), o Japan-UE Acordo de Parceria Econômica (EPA), Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) e o Diálogo Econômico Japão-EUA. As quatro dimensões da diplomacia econômica do Japão não são tratadas separadamente como questões individuais; em vez disso, eles foram abordados com base na estratégia básica de expandir uma rede de livre comércio em todo o mundo, com o Japão como centro e, ao mesmo tempo, criando um ciclo virtuoso em que as dimensões estão profundamente ligadas entre si e a conclusão de uma negociação dá impulso para outras negociações (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a).

A estratégia japonesa de promoção de parcerias econômicas tem a China como integrante em dois acordos; o Acordo Trilateral Japão-China-Coréia e a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). Algo curioso da relação desses dois países é o fato de que apesar da China ser o maior parceiro econômico do Japão, e esse último ter vários acordos de parceria econômica, não existe nenhum acordo econômico bilateral em vigor entre eles. Todas as expectativas de acordos entre os dois gigantes asiáticos são colocadas em cima dos dois tratados supracitados.

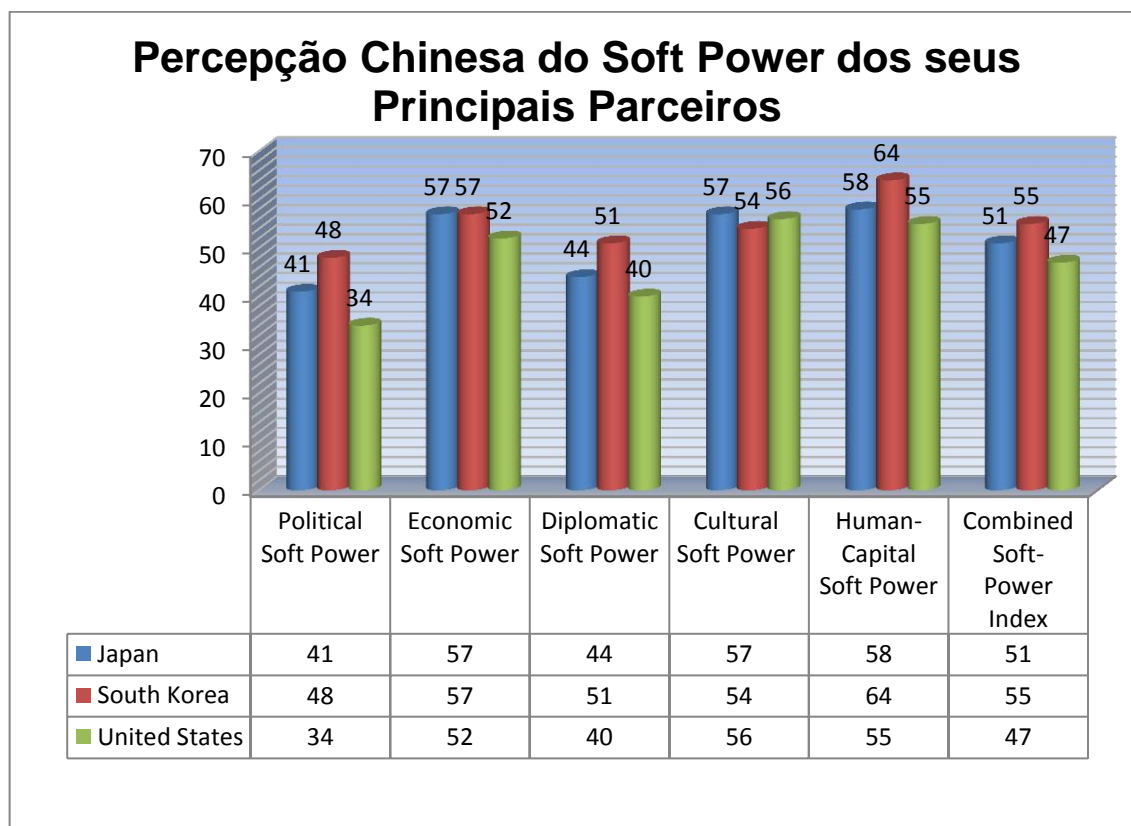
O ALC (acordo de livre comércio) Japão-China-ROK é uma negociação com os principais parceiros comerciais do Japão: a China (1º, cerca de 21%) e a ROK (3º, cerca de 6%). As negociações foram lançadas em março de 2013 e 15 rodadas de negociações foram realizadas até abril de 2019 (site do MOFA). Na cúpula trilateral Japão-China-ROK realizada em novembro de 2015, os líderes confirmaram a

aceleração das negociações, e os três países se empenharam em vigorosas negociações e discussões em uma ampla gama de campos, incluindo comércio de bens, investimento, comércio de serviços, concorrência, propriedade e comércio eletrônico, com o objetivo comum de buscar um ACL abrangente e de alto nível (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a). Segundo outros pesquisadores do tema o acordo também teria o efeito de aliança em relações exteriores e segurança nacional, além dos benefícios econômicos que poderiam chegar a US \$ 16,3 bilhões na primeira década após a efetivação do acordo trilateral (KIM, 2019).

O RCEP é o pilar da integração econômica do Leste Asiático, que visa a criação de uma zona econômica ampla e integrada que cobre aproximadamente metade da população mundial e cerca de 30% do PIB mundial e o total do comércio. O lançamento das negociações foi em maio de 2013, os estados membros desse acordo são: os 10 países integrantes da ASEAN, Japão, China, República da Coreia, Austrália, Nova Zelândia e Índia. Esses têm trabalhado juntos para alcançar um acordo abrangente e de alto nível em áreas que incluem comércio de bens, comércio de serviços, investimento, concorrência, regras de origem, propriedade intelectual e comércio eletrônico (MOFA JAPAN - MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 2018a).

A Abenomics tem grande expectativa na conclusão das negociações de dois acordos que incluem a China (o Acordo Trilateral Japão-China-Coreia ou Japan-China-ROK e a Parceria Econômica Regional Abrangente ou *Regional Comprehensive Economic Partnership – RCEP*), pelo grande fluxo de comércio, e consequentemente, o aumento das exportações, que ambos os tratados gerariam.

Essa predisposição em fazer acordos têm auxiliado na percepção chinesa sobre o Japão e as suas formas de *Soft Power*, como demonstrado no Gráfico 7, e na melhora das relações sino-japonesas. A partir desse gráfico, pode-se visualizar a importância que é dada pelos chineses ao *Soft Power* econômico e cultural japonês, sendo essa uma das bases para a busca de Abe por uma diplomacia econômica mais forte.

Grafico 7 – Percepção da Polulação Chinesa sobre o Soft Power Japonês

Fonte: CCGA, Soft Power in Asia: Results of a 2008 Multinational Survey of Public Opinion (2008), p. 3 apud Lee, S (2011, p. 151)

A partir do Gráfico 7, pode-se perceber a importância dada pela população chinesa sobre os tipos de *soft Power* ou poder bando que são categorizados. Dentro deles verifica-se que o *soft power* econômico encontra-se entre os mais relevantes. Nessa categoria o Japão junto a Coreia do Sul encontram-se empatados em primeiro lugar, sendo assim, a percepção da população chinesa é de que o *soft power* econômico japonês é bastante forte. Demonstrando, por conseguinte, o motivo para o Japão promover os esforços na área da diplomacia econômica.

Como pode ser verificado ao longo do capítulo, a Abenomics influi sobre o fluxo comercial, auxiliando no aumento das receitas arrecadadas pelo Japão a partir das exportações, ademais também ajudou a estabelecer a China como o maior parceiro econômico do país. Além disso, houve uma significativa elevação nos diálogos entre o alto escalão do governo de ambos os países, o que indica uma maior aproximação destes. Assim como, também gerou um expressivo aumento no número de turistas chineses no Japão, demonstrando assim o funcionamento da diplomacia econômica japonesa.

CONCLUSÃO

No contexto atual, onde a economia é uma das esferas mais importantes de um país, senão a maior delas, mudanças internas nos países gerar mudanças significativas em todos os segmentos da sociedade, inclusive na sociedade internacional. Como a economia encontra-se intrinsecamente ligada a qualquer aspecto da vida humana, muitas vezes com papel de destaque, não é difícil entender que ela afeta facilmente relações sociais independentemente do nível analisado.

Ao serem as duas maiores economias asiáticas, ambas estando no top 5 mundial, e se manterem como importantes parceiros econômicos um do outro, dá a China e ao Japão ainda mais destaque as relações entre si, principalmente pela primeira ter o maior crescimento mundial da últimas décadas e o último ter tido um crescimento estrondoso no Pós-II Guerra Mundial, e encontrar-se estagnado economicamente durante essas mesmas décadas gloriosas para a China.

Sendo estes países tão próximos, separados por uma pequena faixa marítima, mas enfrentando contextos totalmente diferentes, leva-nos a dar mais atenção para o diálogo econômico feito entre eles. Assim a análise aqui trabalhada mostra aspectos de políticas para melhorar o contexto interno está afetando esse diálogo.

A partir disso foi possível verificar, como disposto por Kuno (2015), que os três tipos diferentes de políticas da Abenomics – estímulo fiscal, flexibilização monetária e reformas estruturais –, tem tido vários problemas, assim como vários resultados positivos, em seu processo de execução. Advindos tanto por falta de apoio suficiente, esperado por Abe e os formuladores da política; como pelo contexto interno da China, que têm suas próprias variáveis e respostas; quanto pelo contexto internacional que aponta caminhos diferentes das expectativas do governo japonês.

Os efeitos positivos podem ser vistos no aumento da taxa de emprego; no crescimento do PIB; na elevação das mulheres, idosos e estrangeiros no mercado de trabalho; e na depreciação do iene. Enquanto os efeitos negativos podem ser demonstrados pela incapacidade de atingir a meta de inflação a 2% proposta, esta era para estar em vigor em dezembro de 2014; a falta de investimentos esperados; a

falha em aumentar, por duas vezes, a taxa de imposto sobre o consumo e a defasagem de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Dentro dessa perspectiva, o sucesso da política de desvalorização do iene, executada com intuito de diminuir a moeda japonesa frente ao dólar, acabou tendo seu resultado transbordado para outras moedas como o caso do Renminbi. Por conseguinte, esse enfraquecimento do JPY, contribuiu para o aumento da receita advinda das exportações para os cofres do estado japonês. Assim como gerou um expressivo aumento de turistas chineses no Japão, iniciando primeiramente, a partir da assunção de Abe como Primeiro Ministro, e aprofundando após a implementação da desvalorização do iene junto ao facilitamento de entrada de turistas chineses no país.

Mostrando assim, como a diplomacia econômica japonesa tem tido grande efeitos sobre a percepção da população chinesa para com o Japão. Contribuindo, mesmo que indiretamente, para melhora das relações entre os países, dado o papel da opinião pública na China, e o histórico do relacionamento tempestuoso entre os dois.

O outro aspecto da diplomacia econômica aqui tratado, os acordos de parceria econômica, também têm ajudado na aproximação dos dois países, ainda que não estejam ratificados, os dois acordos que envolvem o Japão e a China têm gerado um grande número de reuniões entre governantes do alto escalão de ambos os países, para acelerar a assinatura dos tratados, assim como tratar outros assuntos convenientes.

Entretanto, não se pode atribuir todos estes resultados exclusivamente a política de Abe. O modelo do desenvolvimento chinês, que necessita cada vez mais máquinas e produtos de alta tecnologia, e o contexto internacional que abriga a guerra comercial entre China e Estados Unidos da América, ainda que essa última seja mais recente, têm grande influência sobre os resultados obtidos pelas políticas implementadas.

Sendo assim, entende-se como necessário futuras pesquisas, as quais teriam o intuito de: 1) avaliar os resultados dos acordos (Japan-China-Rok e RCEP), caso sejam assinados e ratificados pelos países, para que se possa distinguir a influência

da diplomacia econômica japonesa e quais os efeitos gerados. 2) Verificar se toda essa interação econômica gera uma dependência do mercado chinês, e quais as consequências que isso acarretaria. 3) Analisar intervenção do contexto internacional sobre os resultados da Abenomics.

No presente estudo pode-se perceber que dentro das relações internacionais a economia mantém-se com um elevado nível de relevância, sendo assim, a esfera mais pesquisada e analisada dentro da comunidade internacional. Não sendo diferente no continente asiático, por isso a importância dos trabalhos que correlacionam essa esfera e a região.

Apesar disso, no Brasil, poucos estudos tratam economias asiáticas como objeto de estudo, por conseguinte, são restritos os números de trabalhos em português, o que dificulta ainda mais no aprofundamento do tema. Esse foi um dos principais fatores de partida deste estudo, objetivando assim colaborar com o aumento da literatura sobre os assuntos abordados em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ABE, Shinzo. Statement by Prime Minister Shinzo Abe. **Asia-Pacific Review**, v. 22, n. 2, p. 102-105, 2015.

CABINET DECISION, Government of Japan. **Emergency Economic Measures for The Revitalization of the Japanese Economy**. 2013. Disponível em: <<https://www5.cao.go.jp/keizai1/2013/130111_emergency_economic_measures.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JAPANGOV, The Government Of Japan. **Abenomics**. Disponível em: <<https://www.japan.go.jp/abenomics/index.html>>. Acesso em: 12 out. 2018.

JAPANGOV, The Government Of Japan. **Abenomics" is progressing!!**. 2019. Disponível em: <https://www.japan.go.jp/abenomics/_userdata/abenomics/pdf/1903_abenomics.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

KURODA, Haruhiko. Bank Of Japan. **Haruhiko Kuroda, governor of the Bank of Japan, discusses the challenges of overcoming deflation and Japan's economic policy**. 2013. Disponível em: <<https://www.cfr.org/event/overcoming-deflation-bank-japans-challenge>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MOFA CHINA, Ministry of Foreign Affairs of The People's Republic of China. **China and Japan**. 2013. Disponível em: <<https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/yzs_663350/gjlb_663354/2721_663446/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

MOFA JAPAN Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook: Japanese Diplomacy and International Situation in 2015**. [s.l.]: Ministry Of Foreign Affairs, Japan, 2016. 350 p. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000177707.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MOFA JAPAN, Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook: Japanese Diplomacy and International Situation in 2016**. [s.l.]: Ministry Of Foreign Affairs, Japan, 2017. 399 p. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000290287.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MOFA JAPAN, Ministry of Foreign Affairs. **Diplomatic Bluebook: Japanese Diplomacy and International Situation in 2017**. [s.l.]: Ministry Of Foreign Affairs, Japan, 2018a. 422 p. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000401236.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

MOFA JAPAN, Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Relations: Prime Minister Abe Visits China 2018b.** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000958.html>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MOFA JAPAN, Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Relations: Basic Data.** 2012.

PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET. **Statement by Prime Minister Abe - Pledge for everlasting peace.** 2013. Disponível em: <<https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201312/1202986_7801.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

PRIME MINISTER OF JAPAN AND HIS CABINET. **The Latest Progress and Achievements of the Abe Administration. 2014.** Disponível em: <<http://japan.kantei.go.jp/ongoingtopics/pdf/2014/140603_abenomics.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FONTES SECUNDÁRIAS

CANUTO, Otaviano. **A Crise Financeira Japonesa**. 1999. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/canutocrisejaponesa.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

FRAGA, Jefferson Souza; STRACHMAN, Eduardo. Crise financeira: o caso japonês. **Nova econ.** Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 521-554, dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512013000300002>.

HALL, John Whitney. **El imperio japonés**. Ciudad de Mexico: Siglo Veinteuno. 1985.

HAUSMAN, Joshua K.; WIELAND, Johannes F. Abenomics: preliminary analysis and outlook. **Brookings Papers on Economic Activity**, v. 2014, n. 1, p. 1-63, 2014.

HUGH, Patrick. Abenomics: Japan's New Economic Policy Package. **Academic Commons**: COLUMBIA UNIVERSITY, New York, v. 7, n. 62, p.1-11, jul. 2013. Mensal. Disponível em: <<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8SB4F7N>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INFLATION EU – WORLDWIDE INFLATION DATA. Inflação Histórica Japão – IPC. Disponível em: <<https://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/japao/inflacao-historica/ipc-inflacao-japao.aspx>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

ITO, Takatoshi. 'Abenomics': Early Success and Prospects. **Japan Spotlight**, p. 4-7, 2013. Disponível em: <https://www.jef.or.jp/journal/pdf/191st_cover1-01.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019

KUNO, Yuri. **WHAT IS ABENOMICS? THREE ARROWS AND THEIR ECONOMIC EFFECTS**. 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/28404371/What_is_Abenomics_Three_Arrows_and_their_Economic_Effects>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

LIMA FILHO, José Floriano Pereira. **Questões estratégicas na relação Japão-China**: uma análise qualitativa sobre a economia política da cooperação, desenvolvimento pragmático após a Segunda Guerra Mundial e seus antecedentes. 2017. 348 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MANNING, Evan A; FEIGENBAUM Robert A. **A Tale of Two Asias**. Disponível em: <<<https://foreignpolicy.com/2012/10/31/a-tale-of-two-asias/>>> Acesso em: 04 set. 2018.

MARTINS, D. As Relações Sino-nipônicas durante o séc. XX. In **A.M. Amaro e D. Martins (coords), Estudos sobre a China IV**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. 2002. pp. 671-762.

MCBRIDE, James; XU, Beina. Abenomics and the Japanese Economy. **Council on Foreign Relations**, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/abenomics-and-japanese-economy>>>. Acesso em: 11 jan. 2019.

NIKKEI ASIAN REVIEW. **Abe set to confirm Japan consumption tax hike for late 2019**. 2018. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Economy/Abe-set-to-confirm-Japan-consumption-tax-hike-for-late-2019>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **As Dissonâncias Sino-Japonesas**. [199-?]. Disponível em: <<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveiradissonancias.pdf>>>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **China e Japão no Âmbito da Economia Política Internacional**. [199-?]. Disponível em: <<<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveirachinaejapao.pdf>>>. Acesso em: 17 out. 2018.

ORLIK, Tom. The Future of QQE. In: ITO, Takatoshi et al. Abenomics vs. the Deflation Monster. **Bloomberg Brief**. 2014. Disponível em: <<http://projects.iq.harvard.edu/files/agordon/files/abenomics_vs_deflation_monster.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PANIKKAR, Kavalam Madhava. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias**. Ed. Saga, 1969.

RAGUSA, Frank; BARZIDEH, Nathaniel. Abenomics and Japanese Monetary Policy:: A Path to Economic and Ethical Recovery. **Wharton Research Scholars**, Pennsylvania p.1-26, 22 abr. 2014. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/wharton_research_scholars/112/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SOUZA, Hércules Paulino de. **A evolução da relação sino-japonesa no início do século XXI: uma perspectiva histórica, política e econômica**. 2014. 142 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

SUMITOMO MITSUI ASSET MANAGEMENT. “**Abenomics 2.0**: the New Three Arrows”. 2015. Disponível em: <https://www.smam-jp.com/documents/www/english/market_info/2015/10/26/SMAM_Market_Keyword_No083.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

WORLD BANK. **Unemployment, total**: (% of total labor force). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2018&locations=JP&start=2007>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM, Weforum. **The world's biggest economies in 2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018/>>. Acesso em: 20 out. 2018

YAMASHIRO, José. **Japão**: presente e passado. São Paulo: Hucitec, 1978.

YONGTAO, Gui. A Chinese View: The Risks of Changing Japan's Peace Constitution. **Council on Foreign Relations**, 11 mai. 2017. Disponível em: <<<https://www.cfr.org/blog/chinese-view-risks-changing-japans-peace-constitution>>>. Acesso em: 11 mar. 2019.